HAL
open science

Preâmbulo : Anticolonial, pós(-)colonial, decolonial: e depois?

Michel Cahen, Ruy Braga

▶ **To cite this version:**

Michel Cahen, Ruy Braga. Preâmbulo : Anticolonial, pós(-)colonial, decolonial: e depois?. Michel Cahen; Ruy Braga. Para além do pós(-)colonial, Alameda Editorial, pp.9-30, 2018, 9788579395291. halshs-02471855

HAL Id: halshs-02471855

https://shs.hal.science/halshs-02471855

Submitted on 11 Feb 2020

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Para além do pós(-)colonial

Michel Cahen & Ruy Braga
(organizadores)

alameda

Para além do pós(-)colonial

CONSELHO EDITORIAL
Ana Paula Torres Megiani
Eunice Ostrensky
Haroldo Ceravolo Sereza
Joana Monteleone
Maria Luiza Ferreira de Oliveira
Ruy Braga

Para além do pós(-)colonial

Michel Cahen & Ruy Braga
(organizadores)

alameda

Copyright © 2018 Michel Cahen & Ruy Braga (orgs.)

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Edição: Haroldo Ceravolo Sereza
Editora assistente: Danielly de Jesus Teles
Editora de livros digitais: Clarissa Bongiovanni
Projeto gráfico, diagramação e capa: Danielly de Jesus Teles
Assistente acadêmica: Bruna Marques
Revisão: Alexandra Colontini
Imagem da capa: *Sibila Pós-Colonial*. Marlon Anjos, 2018.

Esta edição contou com o apoio da Capes, entidade do Governo Brasileiro voltada para a formação de recursos humanos.

Cet ouvrage, publié dans le cadre du Programme d'Aide à la Publication 2017 de l'Institut Français du Brésil, bénéficie du soutien du Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères.

Este livro, publicado no âmbito do Programa de Apoio à Publicação 2017 do Instituto Francês do Brasil, contou com o apoio do Ministério francês da Europa e das relações exteriores.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P237

Para além do pós (-) colonial / organização Michel Cahen , Ruy Braga. - 1. ed. - São Paulo: Alameda, 2018.

23 cm.

Inclui bibliografia

1. Sociologia. I. Cahen, Michel. II. Braga, Ruy.

18-47100 CDD: 316
CDU: 316.7

ALAMEDA CASA EDITORIAL
Rua 13 de Maio, 353 – Bela Vista
CEP 01327-000 – São Paulo, SP
Tel. (11) 3012-2403
www.alamedaeditorial.com.br

Sumário

Preâmbulo
Anticolonial, pós(-)colonial, decolonial: e depois?
Michel Cahen & Ruy Braga
9

Introdução
O que pode ser e o que não pode ser a colonialidade: para uma aproximação "pós-póscolonial" da subalternidade
Michel Cahen
31

Parte I
Pós(-)colonial, um esforço teórico em busca da sua própria realidade
75

2. Rosa Luxemburgo e a expansão do capitalismo: uma chave marxista para compreender a colonialidade?
Isabel Loureiro
77

3. Frantz Fanon e a descolonização dos saberes
Matthieu Renault
93

4. Liberdade e comunalidade: leituras do póscolonial
Catarina Antunes Gomes
111

5. Liberalismo e anti-negritude: será o Outro racializado um sujeito subalterno?
Franco Barchiesi
147

Parte II
Múltiplos regimes de colonialidade
165

6. Branquitude à brasileira: hierarquias e deslocamentos entre origem, gênero e classe
Lia Vainer Schucman
167

7. O Belize independente (1981): políticas culturais, reconhecimento da diferença e pós-colonialismo
Elisabeth Cunin
203

8. As ironias pós-coloniais da lusofonia: a propósito de um "erro de tradução" na edição portuguesa de *Casa Grande & Senzala*
Lorenzo Macagno
223

9. Herança pós-colonial e fluidez pós-moderna perante uma abordagem sedentária das diásporas: o exemplo de armênios na Etiópia
Boris Adjemian
235

10. Império não colonial e hegemonia soviética: o caso do Uzbequistão através de seu cinema de ficção (1924-1937)
Cloé Drieu
259

Parte III
Pós-colonial, colonialidade e interseccionalidade
283

11. O pós-colonial e os estudos afro-brasileiros
António Sérgio Alfredo Guimarães
285

12. "Afro-brasileiros", um assunto pós-colonial? Acerca da dupla dimensão do ensino de história da África no Brasil
Patrícia Teixeira Santos
301

13. Para uma crítica feminista da colonialidade digital inspirada pelo contexto africano
Joëlle Palmieri
309

Sobre os autores
329

Preâmbulo

Anticolonial, pós(-)colonial, decolonial: e depois?

Este livro nasceu de um colóquio franco-brasileiro ocorrido em 2013. Talvez não tenha sido um mero acaso. Com efeito, dois países tão diferentes como o Brasil e a França têm, pelo menos, um ponto em comum no tocante ao relacionamento com as análises pós(-) coloniais[1] nas ciências sociais:[2] uma certa dificuldade, ou uma certa relutância, em integrar essas análises nas pesquisas. Razões distintas explicam provavelmente este fato comum e os efeitos dessa "dificuldade de integração" também provavelmente não foram os mesmos.

Tomando o risco de simplificar, ao passo que na França houve uma recusa expressa, escrita, explicada, polêmica, de alguns setores, aliás muito divergentes entre eles,[3] em aceitar os pressupostos e conclusões das análises pós(-)coloniais,

1 Evocamos *infra* a questão do hífen (pós-colonial, póscolonial).

2 Essas reflexões não incidem nas análises literárias, a não ser marginalmente.

3 Eis três exemplos muito diferentes de crítica à teoria póscolonial na França: Jean-Loup Amselle, *L'Occident décroché: Enquête sur les postcolonialismes,* Paris: Stock, 2008, 320 p. (col. "Un ordre d'idées"); Jean-François Bayart, *Les études postcoloniales, un carnaval*

no Brasil, durante muitos anos, pareceu ser mais um distanciamento não dito, um "não-falar", não por incapacidade, obviamente, mas porque, de fato, existia pouco interesse no tema. Obviamente, houve exceções e críticas,[4] mas "pós(-) colonial" não parecia muito pertinente para falar do Brasil contemporâneo (ao menos, desde a Nova República), incluindo nos setores marxistas para os quais a sociedade brasileira era discriminatória simplesmente porque capitalista até nos seus aspetos raciais. Por exemplo, a *Revista de Estudos Antiutilitaristas e P*óscoloniais foi fundada somente em janeiro de 2011, e provavelmente não é por acaso que não foi no "triângulo acadêmico hegemônico" Rio-São Paulo-Brasília, mas, em Pernambuco.[5] É mais tarde que os estudos póscoloniais entrariam no Brasil, sobretudo na seara dos estudos literários[6] e, também,

---

académique, Paris: Karthala, 2010, 126 p. (col. "Disputatio"); Yves Lacoste, *La question post-coloniale. Une analyse géopolitique,* Paris, Fayard, 2010, 440 p. Para uma discussão sobre as correntes "anti-póscoloniais" francesas, veja o dossiê reunido por Jim Cohen *et alii,* "Qui a peur du postcolonial ? Dénis et controverses", *Mouvements* (Paris: La Découverte), n° spécial, 51, set.-out. 2007, 174 p.; e o artigo de Michel Cahen, "À propos d'un débat contemporain : du postcolonial et du post-colonial", *Revue historique* (Paris: Presses universitaires de France), 2011/4, 660: 899-913 (doi: 10.3917/rhis.114.0899). Para uma apresentação matizada, ver Emmanuelle Sibeud, "Du postcolonialisme au questionnement postcolonial : pour un transfert critique", *Revue d'histoire moderne et contemporaine* (Paris, Belin), 2007/4, 54: 142-155 e Capucine Boidin, "Études décoloniales et postcoloniales dans les débats français", *Cahiers des Amériques latines* (Paris), 62, 2010 : 129-141.

4 Dentre os casos de crítica radical do póscolonial no Brasil, conferir Gustavo Lins Ribeiro, "Why (post)colonialism and (de)coloniality are not enough: a post-imperialist perspective", *Postcolonial Studies,* 2011, 14 (3): 285-297 ; anteriormente, Sergio Costa, "Muito além da diferença: (im)possibilidades de uma teoria social pós- colonial", Berlim, Freie Universität Berlin, 2005, <http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag/poscolonialismomana-Sérgio%20Costa.pdf>. Talvez não seja por acaso que estes dois cientistas brasileiros tenham feito boa parte da carreira fora do Brasil.

5 *REALIS*, Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, <http://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/>. O colóquio "Pré-ALAS" da Asociación Latinoamericana de Sociologia, de novembro de 2012, sobre o tema "Sociedade, Conhecimento e Colonialidade: Olhares sobre América Latina" ocorreu na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, também distante do supracitado "triângulo" acadêmico.

6 Dentre os muitos, citamos os dossiês da revista *Via Atlântica* (Universidade de São Paulo), "Nação e narrativa pós-colonial", ed. por Ana Malfada Leite, 2010, 17 : 15-126 ; "Triangulações Atlânticas – transnacionalidades em língua portuguesa", ed. por Emmanuelle Santos, Mário Lugarinho & Paulo de Medeiros, 2014, 25 : 15-264 ; e o dossiê da re-

nas ciências sociais. No entanto, nas ciências sociais, a vertente que acabou predominando foi a teoria da colonialidade (voltaremos a isso a frente) ou as propostas de Boaventura de Sousa Santos sobre as "epistemologias do Sul". Pode-se afirmar que já nos encontramos bem à margem do póscolonial uma vez que é possível questionar o parentesco entre a teoria da colonialidade ou da epistemologia do Sul com o póscolonial "clássico". Aliás, essa situação é (ou pelo menos foi até há pouco) parcialmente a mesma para toda a América dita Latina.

Obviamente, tanto na França como no Brasil, publicaram-se mais e mais artigos e livros e defenderam-se teses de doutoramento, que incluíram o adjetivo "pós(-)colonial" no título. Mas, quinze anos atrás, ele não teria aparecido em obras de conteúdo estritamente idêntico: muitas vezes o sentido de "pós(-) colonial" é neles meramente cronológico, sem grande reflexão sobre o que pode ser, anos ou séculos depois da independência, uma "situação pós-colonial" e uma teoria "póscolonial". Efeito da moda? Sem dúvida.[7]

Aliás, nos dois países reina a mais completa confusão entre o que é pós-colonial/pós colonial (com traço ou espaço), isto é, uma *situação* que imaginamos ser herdeira da situação colonial e que permaneceria, no longo prazo, pós-colonial – assim como houve pós-guerras, pós-fascismos, pós-estalinismos, pós-fordismos em vários países – no sentido cronológico da expressão. E o que é "póscolonial" (sem traço nem espaço) não uma situação, mas uma *análise* que consegue ir *além* das heranças epistemológicas coloniais – isto é, com certeza "pós", mas no raciocínio e não no tempo: a análise é que é póscolonial (autores, em sua maioria latino-americanos, recentemente

vista *Abril* (Núcleo de Estudos de Literatura Portuguesa e Africana, Universidade Federal Fluminense), "O Colonial e o Pós-colonial: Reflexões Críticas", ed. por Renata Flavia da Silva & Silvio Renato Jorge, 2011, 4 (7): 9-124. Publicado fora do Brasil, mas sobre o Brasil, consultar Emmanuelle Santos & Patricia Schor (eds), "Brazilian Postcolonialities", dossiê. In: *P: Portuguese Cultural Studies* (Utrecht), 2012, 4. Etc.

7 Da mesma maneira, hoje em dia, muitas vezes utiliza-se o conceito de "primeira globalização" ou "mundialização" lá onde quinze anos atrás teria se falado em "expansão capitalista da época moderna". Simples substituição de uma expressão por outra? Assim, deixa-se de marcar a diferença entre o que aconteceu desde o nascimento do sistema-mundo no século XVI, e a *especificidade* do que acontece hoje: tudo seria "globalização" há séculos.

passaram a dizer "decolonial"),[8] independentemente da situação analisada (pré-colonial, colonial ou pós-colonial).[9]

Será que países como o Brasil e a França são "atrasados", não tendo acolhido e, em seguida, desenvolvido de forma adequada um campo nacional próprio da análise póscolonial? Parece um pouco mais complicado. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos chamou a atenção dos pesquisadores do seu país para que não simplesmente copiassem o que se fazia num eixo que podia ser definido de maneira aproximada como o da Austrália-Índia–Inglaterra-Estados Unidos.[10] Independentemente do que se pode pensar sobre as respostas que foram dadas a este apelo em Portugal por ele próprio e outros, foi e é saudável na medida em que cada corrente de pensamento é "situada" e que as ciências sociais, como qualquer parte de vida social, sofrem os efeitos da hegemonia. Por assim dizer, é urgente provincializar não só a "Europa"[11] mas também os estudos pós-coloniais de língua inglesa...[12]

Serão o Brasil e a França dois países "atrasados"?

Em síntese, as análises póscoloniais "anglófonas" já têm duas origens distintas, que só posteriormente vieram a se ligar.

---

8 Sobre a virada decolonial ver *infra*.

9 A ortografia inglesa costuma empregar o hífen *(post-colonial)* em casos onde o mesmo não cabe em francês, por se tratar de análise e não de uma situação. Assim, propomos que em português também não se coloque (póscolonial). Sobre essa "questão do hífen", ver Akhil Gupta, "Une théorie sans limite", *in* M.-C. Smouts, *La Situation postcoloniale, op. cit.:* 218; J.-F. Bayart, *Les études postcoloniales..., op. cit.:* 6; e M. Cahen, "À propos d'un débat contemporain...", *op. cit.*

10 Outro apelo no mesmo sentido pode ser encontrado em Emmanuelle Santos & Patricia Shor, "Brasil, estudos pós-coloniais e contracorrentes análogas: entrevista com Ella Shohat e Robert Stam", *Revista de Estudos Feministas* (Florianópolis), 2013, 21-2, 701-726.

11 Referimo-nos obviamente à obra de Dipesh Chakrabarty, *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference,* Princeton: Princeton University Press, 2007, 336 p. [1a ed. 2000].

12 Para uma crítica da fabricação do Outro latino-americano por um pensamento póscolonial principalmente de língua inglesa, ver também o artigo do antropólogo brasileiro Gustavo Lins Ribeiro, "Why (post)colonialism and (de)coloniality are not enough: a post-imperialist perspective", *Postcolonial Studies,* 14:3, 2011 : 285-297.

De um lado, tem sua origem nos *Subaltern Studies* na Índia, recusando certas análises anticoloniais, nomeadamente de círculos intelectuais afeitos ao Partido do Congresso e ao Partido Comunista da Índia que, em nome do papel histórico da burguesia nacional ou do proletariado, desprezavam (ou não prestavam atenção a) outras formas de resistência, nomeadamente na casta dos intocáveis ou no campesinato. É por isso que autores dessa nova corrente "assumiram" desde cedo a obra de Antônio Gramsci, pela relevância dos seus trabalhos sobre a Itália do Sul, região onde a estratificação em classes sociais só muito parcialmente tinha produzido um antagonismo direto entre capitalistas e proletariado. Ou seja, de um lado, poder-se-ia ser marxista na Índia sem querer a todo o custo fazer "surgir" uma "burguesia" e um "proletariado" em sociedades onde essas classes eram ultraminoritárias (embora reconhecendo que essas sociedades fossem globalmente integradas no sistema-mundo capitalista) e, de outro lado, poder-se-ia atribuir toda a atenção – incluindo numa perspectiva estratégica revolucionária – ao fenômeno dos subalternos – formações sociais que têm estruturalmente uma dificuldade em poder expressar-se elas próprias, em sociedades que podem ser oprimidas globalmente. Mas os autores subalternistas chamaram também a atenção para dois outros fenômenos interligados: por um lado, a produção de conhecimentos produz subalternidade (por exemplo, a orientação nacionalista-modernista de desprezar os intocáveis na produção de conhecimentos "legítimos" agravava sua situação de subalternidade, relegando-os ao campo do "atraso"); por outro lado, a subalternidade produz conhecimentos, ascendam eles ou não ao estatuto de conhecimentos legítimos, que a pesquisa tem que levar em consideração, apesar das dificuldades metodológicas para se alcançar isso (o famoso "Can the Subaltern Speak?" de G.C. Spivak).[13] Isto trazia outra ideia fundamental: mesmo com formas nem sempre necessariamente "visíveis" aos olhos coloniais ou "ocidentais", os subalternos, ainda que não abertamente revoltados, não eram uma massa amorfa e passivamente submissa e nunca deixaram de resistir – ou de "negociar" – de uma maneira ou outra, o que revelava que eram dotados de uma capacidade de autonomia e de ação *(agency)*, incluindo a reinterpretação de ideias coloniais em um sentido diferente, a reapropriação de valores para outros fins.[14]

---

13 In*:* Cary Nelson & Lawrence Grossberg (ed.), *Marxism and the Interpretation of Culture,*

14 A Oxford University Press reeditou a série completa dos *Subaltern Studies*: Subaltern

De outro lado, as análises póscoloniais do eixo Austrália-Inglaterra-Estados Unidos vieram em primeiro lugar, como parte da teoria literária,[15] da dita *French Theory,* isto é, uma apropriação estadunidense e uma americanização de trabalhos e teses de sociólogos, psicanalistas e filósofos franceses dos anos 1960 a 1980, embora de orientações muito diversas e que, em grande medida, nunca haviam se debruçado sobre situações coloniais ou pós-coloniais (ou tendo vivido nessas colônias, não tendo incluindo nas suas obras qualquer ensinamento vindo dessas sociedades, com é o caso típico de Michel Foucault que viveu na Tunísia), mas tinham dado toda a atenção a fatores tais como o imaginário, os conhecimentos, a crítica (e a crítica à crítica), a ciência como conhecimento situado e, portanto, a recusa das meta-narrativas, podendo hoje ser muitas vezes caracterizados como tão pós-modernos quanto pós-coloniais.

Por que os *Subaltern* e *Postcolonial Studies* tiveram tal sucesso nos Estados Unidos, fazendo depois deste país o primeiro e maior centro de produção e difusão das análises póscoloniais? É possível sugerir duas razões principais, uma material e outra político-epistemológica. A primeira diz respeito ao fato dos Estados Unidos terem atraído para as suas universidades grandes pesquisadores oriundos da Índia, da África ou do mundo Árabe; pesquisadores que lá permaneceram numa situação fecunda de dupla cultura, tanto mais que, frequentemente, preservavam as ligações acadêmicas com seus países de origem. A razão político-epistemológica é a relação com o marxismo. Nos Estados Unidos, o marxismo era uma corrente ultraminoritária sem nenhum peso social, virtualmente presente só em pequenos meios acadêmicos, onde tratava-se sobretudo de um marxismo de "análise" e não de militância ou de estratégia política. Nessas condições, não havia grande influência do marxismo nas ciências sociais, incluindo as radicais. Os *Subaltern Studies* – embora fortemente influenciados pelo marxismo crítico – e a *Post-colonial Approach* [16] apareceram como formas aceitáveis e legitimáveis de

---

Studies Collective, *Subaltern Studies: Writings on South Asian History and Society,* vols 1-10, Oxford: OUP, 1999.

15 O livro considerado como o pioneiro do póscolonial literário é a famosa obra de Bill Aschroft, Gareth Griffiths & Helen Tiffin, *The Empires Writes Back. Theory and Practice in Post-Colonial Literatures,* Londres, Nova Yorque: Routledge, 1989, 246 p.

16 Talvez seja mais prudente falar em *Post-colonial Approach* do que *Post-colonial Theory,* visto que há uma grande variedade de questionamentos.

crítica social para quem não conhecia o marxismo ou havia travado contato com um tipo de marxismo demasiado asfixiado pelas versões stalinistas. A confluência das correntes *Subaltern Studies* e *French Theory* nos *campi* estadunidenses, simultaneamente à batalha pela estabilização dos *Cultural Sudies*, dos *Area Studies* e um pouco mais tarde dos *Ethnic Studies* nas universidades do país, além do fato desses estudos póscoloniais serem feitos e redigidos em inglês, exatamente no momento em que essa língua afirmava sua hegemonia linguística em termos globais, explica em grande medida o sucesso mundial dos estudos póscoloniais.[17] O fato de falar a partir de universidades do centro do mundo, mas em nome dos subalternos, pois muitos desses autores eram oriundos da periferia, legitimou, ou pelo menos facilitou, o caminho para o sucesso.

Na França, em contrapartida, os diferentes marxismos eram correntes muito importantes. Havia um forte partido comunista de tipo "clássico", isto é originário sem grandes rupturas do stalinismo, e bem representado nos meios intelectuais. Mas, precisamente por ser "clássico" e forte, tinha engendrado o desenvolvimento de muitas correntes marxistas críticas, com consequências notáveis nas ciências sociais. Assim, havia, de fato, um autêntico compromisso dos intelectuais com as lutas anticoloniais. Os trabalhos de Albert Memmi e de Frantz Fanon eram conhecidos. Houve toda uma geração de antropólogos ou sociólogos marxistas (Claude Meillassoux, Pierre-Philippe Rey, Maurice Godelier, Jean Copans...) ou marxisantes (Georges Balandier), que muitas vezes trabalhou sobre o que então se chamava de "terceiro-mundo". Isso tudo sem esquecermos a importância de Pierre Bourdieu. Não seria falso afirmar que muitas pesquisas e muitos trabalhos eram póscoloniais ou subalternistas sem o saberem (como, um pouco mais tarde, a escola do "politique par le bas" desenvolvida pela revista *Politique Africaine* nos princípios dos anos 1980).[18] Por

17 Pode-se imaginar que os mesmos trabalhos, se publicados em húngaro, turco ou mesmo português em universidades húngaras, turcas ou luso-brasileiras, não teriam tido a mesma facilidade de sucesso por causa da língua hegemónica como foi dito, mas também, *independentemente das línguas originais de escrita,* pelo fato de terem sido produzidos em universidades periféricas. O que provém do centro parece sempre mais prestigioso, o que não deixa de ser paradoxal para quem reivindica o póscolonial...

18 Essa escola, vindo de uma ruptura nas ciências políticas africanistas francesas, considerou que fenômenos que eram até então considerados como de "folclore", de "tribalismo", de "feitiçaria", etc. eram 1°) fenômenos políticos, 2°) típicos não de um atraso qualquer,

isso, quando os estudos póscoloniais de língua inglesa começaram a ser conhecidos na França, não provocaram uma hostilidade, mas uma dúvida, um questionamento sobre o que afinal isto realmente trazia de novo. Na realidade, a hostilidade veio apenas mais tarde.[19] Pode ser efeito de uma certa arrogância tipicamente francesa em relação ao mundo anglo-saxão, mas é indubitável que, pelo menos em parte, isto foi percebido assim: nada de novo. Mesmo a famosa obra de E. Saïd, *Orientalism,*[20] mais tarde interpretada como a obra fundadora dos estudos póscoloniais, embora extremamente citada na França, não teve, na prática, uma influência tão grande neste país na medida em que a crítica textual inerente ao livro incidia mais sobre a biblioteca colonial do século XIX e da primeira metade do século XX do que sobre as produções mais recentes dos cientistas sociais franceses em relação aos países árabes ou à Turquia.[21] Foi dito que a incapacidade em aceitar o póscolonial teria sido um indício da perda de pioneirismo das ciências sociais francesas naquele período. Esta hipótese é *a priori* aceitável, mas o seria ainda mais facilmente se a articulássemos com a consideração de que, qualquer que fosse a excelência porventura reconquistada deste país, já não viria a ser mais do que um país de porte médio: como uma centena de universidades francesas poderia concorrer com um doravante gigantesco sistema universitário estadunidense, formado por milhares de escolas? Facilitaria a compreensão se somássemos a outra consideração, a de que um número cada vez menor de cientistas sociais de língua inglesa interessa-se por aquilo que é produzido em francês (ou qualquer outra língua que não o inglês), quando toda a geração mais jovem de cientistas sociais franceses (e

---

mas de modernidades alternativas. Mesmo sem parentesco intelectual com os *Subaltern Studies* de Bengala, houve pelo menos uma convergência intelectual. Jean-François Bayart, Achille Mbembe & Comi Toulabor, *Le politique par le bas en Afrique Noire,* Paris: Karthala, 2008 [1a ed. 1992].

19 Uma boa descrição dessa situação encontra-se em Marie-Claude Smouts (ed.), *La situation postcoloniale*, Paris: Les Presses de Sciences Po, 2007, 458 p.

20 Edward W. Said, *Orientalism,* Londres, Penguin Books, 1978, 368 p. [em português: *Orientalismo – o Oriente como invenção do Ocidente*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, 370 p.].

21 Muitos dos maiores "orientalistas" franceses da segunda metade do século XX foram ignorados por Said nesta obra, incluindo os que tinham estudado a história árabe e turca *a partir de fontes indígenas,* rompendo assim com a hegemonia das fontes ocidentais.

de muitos outros países) pelo menos lê o inglês. Muitas vezes, o que não está em inglês simplesmente não existe – incluindo aí o próprio campo dos estudos póscoloniais. Pois, historicamente, o mais interessante não é buscar explicações em termos de "atraso", mas compreender as razões do "distanciamento" [fr.: écart].[22] As trajetórias epistemológicas não são equivalentes e os centros do "poder científico" deslocaram-se bastante após a Segunda Guerra Mundial, em particular depois dos anos sessenta.

No Brasil, o marxismo também era forte, embora o partido comunista brasileiro quase tenha desaparecido quando da queda da União Soviética e da ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT). Razões equivalentes às da França (incluindo a ainda forte influência das ciências sociais francesa no Brasil) podem ser apontadas, como a variedade das correntes marxistas disponíveis.[23] No entanto, o fato das análises póscoloniais terem se mantido frágeis por vários anos na quase totalidade da América Latina[24] revela a presença de fatores igualmente regionais,[25] aos quais podemos adicionar outros fatores especificamente brasileiros. Os *Subaltern Studies* nasceram na Índia, os *Postcolonial Studies* nos Estados Unidos, na Inglaterra e na Austrália, e não é por acaso que o conceito de *colonialidade do poder* tenha nascido na América Latina, em particular na América Andina onde, em muitos casos, os povos indígenas formam a maioria das populações nacionais. Com efeito, mesmo que fosse feita uma distinção cuidadosa entre o que é situação pós colonial e o que é a análise póscolonial, cabe a pergunta: como aceitá-la quando a situação social, econômica e cultural, de maneira geral, não é nada "pós" mas ainda colonial *tout court?* Como, no segundo caso, reivindicar um pensamento póscolonial quando aquilo contra o que se luta não é uma mera herança, mas uma situação reproduzida cotidianamente? De fato, a "escola" de Aní-

22 A distinção entre "retard" e "écart" foi discutida pela geógrafa francesa Christine Chivallon: "La quête pathétique des études postcoloniales", *in* M.-C. Smouts, *op. cit.:* 387-402.

23 João Quartim de Moraes *et alii, História do marxismo no Brasil,* Campinas: Editora Unicamp, 2007, 6 vols.

24 Lembra-se que não se fala aqui da pesquisa em literaturas, mas somente de ciências sociais e que se faz a distinção entre a teoria póscolonial e a teoria da colonialidade.

25 Fernando Coronil, "Les études postcoloniales latino-américaines et la décolonisation du monde", *in* Neil Lazarus (ed.), *Penser le postcolonial. Une introduction critique,* Paris, Éditions Amsterdam, 2006, 450 p. 331-358.

bal Quijano (Peru) não veio do pensamento póscolonial anglófono, tampouco estadunidense,[26] mas, em primeiro lugar, da escola braudeliana-wallersteiniana (logo, franco-estadunidense) do sistema-mundo capitalista, da qual se distanciou aos poucos por razões que mereceriam ser mais discutidas, o que é impossível fazer aqui e, em segundo lugar, com certo legado mariateguista e gramsciano.[27] Apenas recentemente, o pensamento em termos de colonialidade foi, de maneira geral, "anexado" aos *Post-colonial Studies,* quando autores desta corrente notaram o "silêncio" sul-americano – com certeza inconfortável para estadunidenses radicais – e buscaram o que se fazia ao sul do Colorado, ou por conta do trabalho de pesquisadores de origem latino-americana atuando nas universidades estadunidenses. Ainda não se pode saber se o "casamento" vai durar... É provável que não e, doravante, é da *teoria decolonial* que se reivindicam os autores estudando a colonialidade do poder.[28] As análises em termo de colonialidade ficam muito

26 … mesmo se alguns intelectuais decoloniais trabalham em universidades americanas, como por exemplo: Walter Mignolo, Ramón Grosfoguel, Nelson Maldonado-Torres…

27 O CLACSO publicou recentemente uma importante antologia de textos de Aníbal Quijano: Cuestiones y Horizontes. Antología esencial. De la dependencia histórico-estructural a la colonialidade/descolonialidade del poder, seleção e introdução por Danilo Assis Climaco, Buenos-Aires, CLACSO, 2014, 859 p., acesso gratuito em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesyhorizontes.pdf>. Neste livro, sobre a relação de Quijano com Mariategui, ver em particular o texto de 1993 de A. Quijano, ""Raza", "etnia" y "nación" en Mariategui. Cuestiones abiertas", pp. 757-775. Para uma discussão da complexidade desta relação, Rafael Herrera Robles, "Aníbal Quijano y Mariategui", site Monografias.com, <http://www.monografias.com/trabajos106/anibal-quijano-y--mariategui/anibal-quijano-y-mariategui.shtml> (acessado em 20 de março de 2017).

28 Uma pequena apresentação da passagem do pós(-)colonial ao decolonial na América Latina pode ser encontrada em Larissa Rosevics, "Do pós-colonial à decolonialidade", Blog Diálogos Internacionais, <http://www.dialogosinternacionais.com.br/2014/11/do-pos-colonial-decolonialidade.html>, 28 de novembro de 2014 (acessado em 20 de janeiro de 2017). Uma crítica decolonial ao póscolonial foi de que muitas fontes teóricas eram europeias (Gramsci, Derrida, etc.), o que era contraditório com o projeto. Era preciso descolonizar o póscolonial. No entanto, os decoloniais também são criticados pelas mesmas razões e pela recusa em descontruir-se a eles próprios (Jeff Browitt, "La teoría decolonial: buscando la identidad en el mercado académico", *Cuadernos de Literatura* (Bogotá), 2014, 18 (36): 25- 46, <http://dx.doi.org/10.11144/Javeriana.CL18-36.tdbi> (acessado em 20 de janeiro de 2017). Um dos aspetos desanimadores da literatura póscolonial/decolonial é a sua imensidade e o fato de que, por vezes, não se baseia em trabalho de campo, mas em crítica meramente epistemológica (veja *infra*).

ligadas às definições estratégicas de lutas políticas, na medida em que se analisa a situação de países que conservaram em termos reais a estrutura colonial. Assim, o pensamento decolonial seria muito próximo ao pensamento anticolonial. Em contrapartida, parece óbvio que os *Post-colonial Studies* distanciaram-se de maneira acentuada das lutas políticas rumo a um programa de pesquisa centrado no plano epistemológico.

O Brasil não é um pais andino. Como nos outros países do cone sul, a população "índia" vem sendo historicamente exterminada, tendo sido reduzida a margens diminutas. Além disso, dentre as nações indígenas brasileiras, não há ainda um movimento político de reivindicação de autonomia indígena tão forte quanto os mapuches do Chile, por exemplo. Embora possamos considerar que este gigantesco país também possa ser analisado em termos de colonialidade (no imaginário da história, da federação, como espaço que ainda hoje deve ser "colonizado" como se fosse um imperativo para a nação, na situação social dos negros e dos índios), o fato é que este conceito é pouco aceito como um instrumento heurístico da situação brasileira. Isto tem obviamente a ver com a trajetória da formação do Estado-nação no país[29] que, embora não sendo em nada antagônica a uma possível análise em termos de colonialidade, teve efeitos parcialmente integradores, ao menos ideologicamente falando. Temos, pois, uma espécie de dupla marginalidade do Brasil em relação às análises póscoloniais/decoloniais. Aqui também não será principalmente "*retard*/atraso", mas "écart/distanciamento".

Limites gerais do póscolonial

Os limites das análises póscoloniais são conhecidos. Apesar de não se limitar à identificação de situações pós coloniais, o simples fato escolher tal "título" já leva à confusão,[30] pois continuamos a circunscrever a análise aos limites de

29 Para a América dita latina em geral, já se deve distinguir "independência" e "descolonização", mas, no caso do Brasil, essa distinção torna-se caricatural, uma vez que a independência foi proclamada pelo Estado *metropolitano* (refugiado na colônia desde as guerras napoleônicas).

30 É de notar que um dos principais apoiadores do póscolonial, Robert J.C. Young, lamentou o uso da palavra "póscolonial", preferindo "tricontinental(ismo)", em referência à tentativa cubana dos anos 1960 de unir num só movimento todas as correntes anticoloniais e antiimperialistas dos três continentes do que então se chamava terceiro mundo (*Postcolonialism. An Historical Introduction,* Oxford, Blackwell, 2001, 498 p.). Tratava-se de produzir uma

uma dependência essencializada do passado colonial. Os estudos póscoloniais querem ir além do pensamento colonial (e do eurocentrismo que lhe corresponde), presente até em textos anticoloniais, mas, quando o fazem, ao tratar de situações atuais, as analisam principalmente em termos de herança, *uma herança que se manteria quase independentemente da evolu*ção da sociedade. Isto é, subestimam que, quando uma herança ainda é culturalmente ou socialmente estruturante nos dias atuais, é porque há uma *produção contemporânea da subalternidade* e é esta que faz com que a herança sobreviva. Em outro contexto, as heranças desaparecem rapidamente (em escala histórica, cerca de três gerações). Assim, analisam certos fenômenos como pós coloniais (no sentido de uma situação colonial mais ou menos conservada) quando são principalmente produções contemporâneas de subalternidade pelo capitalismo periférico, semiperiférico ou central. Além disso, por causa deste foco nas heranças, a atenção é concentrada em alguns estratos sociais específicos: índios e negros no Brasil ou nos Estados Unidos, imigrantes oriundos das antigas colônias na Europa, diásporas negras, ou ainda as mulheres consideradas globalmente como uma dimensão da subalternidade, etc. No entanto, se essas comunidades humanas são "pós coloniais" segundo o raciocino póscolonial, é porque a sociedade *inteira* o é. Logo, a população brasileira branca deveria ser estudada de um ponto de visto póscolonial, o que raramente é feito (mas está feito neste livro, no capítulo da Lia Vainer Schucman). O mesmo poderia ser afirmado para o caso dos WASPs (White Anglo-Saxon Protestants) estadunidenses.[31] O que nos parece criticável é que *as análises póscoloniais incidem somente sobre fragmentos das sociedades e nunca foram capazes de estudar as sociedades inteiras, os Estados, as nações, os países* – o que, em contrapartida, as análises em termos de colonialidade (segundo A. Quijano) parecem mais aptas a realizar.

A vontade de restabelecer conhecimentos não eurocêntricos sobre a subalternidade, de recusar-se a ver os subalternos como massa amorfa e simples-

palavra – e um conhecimento científico – criado pelos próprios subalternos (o famoso "Nós os oprimidos...", e não só "Nós os proletários..." da mensagem de Che Guevara à Tricontinental da Havana em 1967, pouco tempo antes de seu assassinato).

31 Os estudos sobre *Whiteness* (Branquitude) nos Estados Unidos foram desenvolvidos a partir de 1990, influenciadas pelo marxismo e pelo feminismo. Mas a relação com os *Post-colonial Studies* parece mais fraca.

mente submissa, estudando sua capacidade de ação e resistência é um esforço heurístico *a priori* muito positivo, mas que dificilmente teve início com as correntes póscoloniais. Além disso, houve uma surpreendente *suavização* da situação colonial, certamente por causa da já citada incapacidade de analisar sociedades inteiras. Afinal, os subalternos não eram uma massa amorfa, mas agiam, resistiam, reinterpretavam elementos culturais europeus, etc., de modo que aquilo que acontecia já não era mais sistematicamente qualificado como conquista, invasão, imperialismo, colonização e colonialismo, mas frequentemente como "Encontro colonial" (*Colonial Encounter, La rencontre coloniale*). Ora, uma coisa é entender que um regime de dominação colonial não se perpetua apenas com dominação pura e brutal, sem construir vias de acomodação com as populações indígenas; outra coisa é definir a relação entre colonizadores e colonizados como um "encontro", relação na qual não haveria o "binarismo" das análises anteriores sobre a colonização. Como se a sociedade colonial não fosse fundamentalmente "binária"! Como se os subalternos, nos seus esforços permanentes para negociar sua situação com o invasor, pudessem fazer outra coisa senão negociar os termos da sua subalternidade... salvo, obviamente, nos raros momentos de revolta ou de revolução. Lendo alguns textos póscoloniais radicais tem-se a impressão de que a capacidade permanente de resistência era de tal modo importante que, afinal, existiria uma certa "igualdade" entre as partes – ou seja, esses textos nem sequer integram uma análise em termos de dominação sem hegemonia do colonizador – e que quem não vê isso, não vê porque é eurocêntrico.

Outra tentativa que é salutar é a de compreender o quanto a colonização destruiu os conhecimentos populares, produziu "epistemicídios", deslegitimando sob a censura de arcaísmo, atraso, superstição, os sistemas cognitivos alternativos dos subalternos. No entanto, será que podemos afirmar *mecanicamente* o contrário, isto é, que há "epistemologias do Sul"?[32] Não teremos aí mais uma essencialização

32 Com é sabido, o conceito de "epistemologias do Sul" foi forjado pela socióloga moçambicana Maria Paula Meneses e pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, ambos do Centro de estudos Sociais da universidade de Coimbra. Maria Paula Meneses (ed.), "Epistemologias do Sul", *Revista Crítica de Ciências Sociais* (Coimbra), março de 2008, 80: 5-211; Boaventura de Sousa Santos & Maria Paula Meneses (eds), *Epistemologias do Sul,* São Paulo, Editora Cortez, 2010, 637 p.; Boaventura de Sousa Santos, *Epistemologies of the South: Justice Against Epistemicide,* Abingdon: Routledge, 2014, 284 p.

de conhecimentos populares, negando, pela mesma via, os efeitos da globalização? Não seria uma essencialização do "Sul" ou mesmo dos "Suis", como se as epistemes fossem idênticas segundo as comunidades culturais, as classes sociais e a natureza dos Estados em toda a periferia capitalista pós colonial? Epistemologia de quem, nessas sociedades extremamente desiguais do "Sul"? Afinal, não seria construir, mesmo em nome do Sul, mais um Oriente[33]?

Tem-se a impressão de que as análises póscoloniais partiram muitas vezes de boas perguntas para trazerem respostas enviesadas. No entanto, a heterogeneidade do "nebuloso" póscolonial é tal que fica difícil fazer juízos definitivos sobre ele. Não se pode negar suas contribuições para o conhecimento da alteridade, da hibridação, do racismo, da crioulização, da subalternidade, etc. Não pretendemos em hipótese alguma propor análises anti-póscoloniais. Na realidade, faz mais sentido pensarmos em análises "pós-póscoloniais", isto é, avançarmos na crítica, sem jogar fora o bebê com a água suja do banho.[34]

Com efeito, de um lado, parece que o póscolonial já não está tão na moda. Nos países onde esta abordagem teórica nasceu (Austrália, Inglaterra, Estados-Unidos), parece ser este o caso e assistimos a novas guinadas acadêmicas.[35] Mas, em especial, nas ciências sociais, seria uma pena simplesmente "abandonar" essas análises sem resolver os problemas desta maneira de encarar as transformações sociais.

De outro lado, durante uma conferência na universidade de Princeton nos dias 27 e 28 de abril de 2012, Partha Chatterjee, um dos pais das *Subaltern Studies*,

---

Veja o capítulo de Michel Cahen neste livro.

33 Sobre o "orientalisme à rebours" ("orientalismo às avessas") estudado por Gilbert Achcar, veja o capítulo de Michel Cahen neste livro.

34 Para um exemplo de análise "pós-póscolonial", conferir Michel Cahen, "Pontos comuns e heterogeneidade das culturas políticas nos PALOPs – Um ponto de vista "pós-póscolonial"", dossiê "Estudos africanos no Brasil. Um diálogo entre história e antropologia" (ed. Héctor Guerra Hernandez), *História: Questões & Debates* (Curitiba, UFPR), LXII (1), janeiro-junho2015: 19-47 (<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/44146>)

35 No entanto, a revista *Postcolonial Studies* continua a ser publicada desde 1998 (vol. XIX em 2016) pelo *Institute of Postcolonial Studies,* um agrupamento independente criado em 1996 e sediado em Melbourne, Austrália. Também o site "Postcolonial Europe" continuou muito ativo pelo menos até 2014, em particular em relação às Europas central e oriental, onde a penetração do pensamento póscolonial foi tardia (<http://www.postcolonial-europe.eu>).

anunciou o fim desta corrente de pensamento, sem identificar um futuro claro.[36] No entanto, é certo que, no sistema-mundo do capitalismo tardio, a subalternidade não desapareceu com esta proclamação do fim dos *Subaltern Studies.*

Por fim, na América dita latina, a corrente da colonialidade (ou decolonial) parece manter-se bem viva, ainda que latino-centrada[37] e com certas tendências culturalistas nítidas que, em vez de lutarem contra o universalismo *abstrato* oposto a um universalismo *concreto* baseado nas historicidades diversificadas das lutas de emancipação, lutam contra o universalismo *tout court* em nome de um "diversalismo" ou de um "pluriversalismo", que não se sabe bem o que pode ser concretamente num mundo globalizado, onde já não pode existir a completa autonomia dos "algures".[38] Com efeito, afirmar a existência de múltiplas culturas e epistemes não deveria ensejar uma recusa em apreendê-las de uma maneira universalista e concreta. Na realidade, a defesa de "-versalismos" corresponde à recusa das grandes narrativas oriunda do pósmodernismo, que é bem paradoxal quando, com força, o capitalismo globalizado desenvolve sua narrativa da naturalização do modo de produção capitalista doravante chamado de "mercado" ou de "democracia", tornando-se o único horizonte crível de toda a humanidade.

---

36 Partha Chatterjee, "After Subaltern Studies", *Economic and Political Weekly* (Mumbai), 1° setembro, XLVII (35): 44-49

37 Em particular, uma ideia chave da escola da colonialidade é que a raça foi estruturante logo no aparecimento do capitalismo como sistema-mundo, que fez parte mesmo deste nascimento. Ora, o que parece bem aceitável para boa parte do que se tornou depois a América Latina, em particular a sua parte andina, é muito questionado por historiadores para outras partes do mundo, incluindo as Caraíbas. Os séculos XV e XVI não são os séculos XVII e XVIII, a África ocidental não é o Peru, etc. Precisa-se de muito mais estudos de casos.

38 O conceito de "pluriversalismo" foi proposto por Serge Latouche em 1989 na primeira edição do seu livro *L'Occidentalisation du monde. Essai sur la signification, la portée et les limites de l'uniformisation planétaire,* Paris: La Découverte, 2005. Tratava-se de combater os efeitos do etnocentrismo (nomeadamente ocidental); isto é, o pluriversalismo não era nada mais que uma nova forma de universalismo. O uso atual deste conceito por alguns autores decoloniais não é consensual, por vezes se aproximando de uma essencialização do – todavia necessário – reconhecimento de epistemes alternativas no planeta. Por exemplo, Ramón Grosfoguel, "Hacia un pluri-versalismo transmoderno decolonial", *Tabula Rasa* (Bogotá), julho-dezembro 2008, 9: 199-215.

A tendência acadêmica no pensamento póscolonial foi mais de deixar a crítica política – aberta pelo pensamento anticolonial – para cada vez mais se refugiar na crítica epistemológica, sem identificar os frutos políticos que dela podem advir.[39] Uma consequência disso é que muitos livros de análise póscolonial apresentam um centro de gravidade desproporcionalmente voltado para mera reflexão epistemológica, com pouco material empírico ou pesquisa de campo. Muitas vezes, trata-se de discutir outros livros póscoloniais que, por sua vez, discutem outros livros... sempre super-representando os escritos em língua inglesa.[40]

Com este nosso livro, em português, esperamos não cair neste tropismo, abordando situações concretas a partir de maneiras de ver diversificadas, sem no entanto ignorar o necessário esforço teórico.

---

39 Aqui, deve-se matizar mais uma vez as análises em termos de colonialidade/decolonialidade. Podem ter permitido teorizar e exprimir melhores lutas indígenas, mas com tendências culturalistas bem nítidas e essencialização do *Buen Vivir/sumak kawsay* de povos andinos, como solução para sociedades completamente diferentes. Até pode-se dizer que a nova constituição boliviana que "deslatinizou", pelo menos oficialmente, o país ("Estado Plurinacional de Bolívia") tem a ver com esta corrente de pensamento. Na França, uma corrente minoritária, mas bastante ativa formou um "partido dos Indígenas da República" que reivindica lutas decoloniais e promove a "luta das raças sociais" – a sociedade francesa sendo vista como ainda fundamentalmente colonial. Mas a ausência de consequências políticas oriundas do pensamento epistemológico é muito frequente e explicitamente dita, por exemplo, no fim de volumosas obras de Boaventura de Sousa Santos. Além disso, tal como aconteceu anteriormente com o "pos(-)colonial", a presença das "palavras" decolonial, colonialidade, etc., multiplica-se em obras, teses, quando não aparece uma ligação real com a teoria decolonial.

40 A propósito da já citada revista *Postcolonial Studies*, é interessante ver a estruturação da redação dela: incluí um "UK Editorial", um "USA Editorial", um "Australasian Editorial", um "India Editorial". Não faltarão aqui algumas partes do mundo? Claro, é uma revista de língua inglesa. Mas a primeira consequência editorial de um pensamento póscolonial não teria que ser a promoção de uma publicação plurilíngue e a recusa, no espaço de liberdade produzido por esta revista, das hegemonias linguísticas? No livro *The Empires Writes Back, op. cit.,* no *Reader's Guide* no fim da obra (pp. 223-237 da ed. de 2002), das 470 referências, 468 são em inglês, 2 em francês (até os poemas de Senghor são citados nas suas traduções inglesas), 0 em español, 0 em português ou qualquer outra língua. Com certeza, o livro é sobre as literaturas pós coloniais na Commonwealth, mas uma boa parte da bibliografia intitula-se "geral".

O espaço gigante da colonialidade

Este livro é produto do colóquio franco-brasileiro organizado com o apoio do Cenedic,[41] do PPGS do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, e do Consulado Geral da França, em São Paulo, realizado nos dias 17, 18 e 19 de setembro de 2013 sobre o tema "Pós colonialismo? Conhecimento e política dos subalternos". A ideia foi ensejar um questionamento tão diversificado quanto possível, mas com orientação mais ou menos comum.

Sabemos que o nascimento do sistema-mundo capitalista é inseparável da sua própria expansão. No entanto, mesmo no século XIX, essa expansão não foi a expansão mecânica do modo de produção capitalista, provocando o mesmo tipo de padrão de *proletarização* por onde passou. Na realidade, a expansão do sistema-mundo capitalista produziu a *subalternização* desigual de sociedades inteiras em moldes não-capitalistas de opressão e exploração, integrados ao mercado mundial (mercantil-escravista, depois capitalista-imperialista). Esses *moldes não capitalistas de opressão e de exploração capitalistas* criaram um gigantesco terreno para hibridizações socioeconômicas e culturais originais na periferia, que não podem ser resumidas ao antagonismo entre burguesia e proletariado, mesmo que, evidentemente, exista nestas sociedades, precisamente porque, durante muito tempo, o modo de produção capitalista não era diretamente dominante em vastíssimas aéreas do sistema-mundo, havendo várias formas de articulação de modos de produção segundo as áreas conquistadas. Este enorme espaço pode ser historicamente qualificado de *espaço de colonialidade,* isto é, um espaço que não se define somente pela herança colonial depois das independências (como a colonialidade frequentemente é descrita), mas que emerge da formação do sistema-mundo capitalista, expandindo-se durante as duas eras coloniais (mercantil e imperialista) e sobrevivendo às independências, mesmo se o modo de produção capitalista tendeu a se tornar diretamente dominante no planeta. Em outras palavras, a colonização é uma forma de colonialidade, mas a colonialidade é um conceito mais amplo (ver o capítulo de Michel Cahen).

41 Centro de estudos dos direitos da Cidadania, FFLCH-USP.

O conceito de colonialidade parece não cair nos problemas da despolitização evidenciados nas análises póscoloniais "clássicas", mesmo se podemos criticar alguns aspectos do pensamento de Aníbal Quijano e seus seguidores.

Por isso, a chamada para contribuições apontou para um grande número de perguntas que, obviamente, não encontrariam todas as respostas nos três dias de nosso colóquio.[42] Mas uma parte desses questionamentos foi respondida nos capítulos a seguir, por autores de pensamentos por vezes bastante diversificados.[43] Ainda assim, esperamos que a diversidade de áreas do conhecimento favoreça o objetivo principal deste livro: construir uma reflexão crítica, porém, não-hostil, ao pensamento póscolonial.

* * *

42 Eis as perguntas ou temas propostas para o colóquio: a análise póscolonial, uma despolitização dos saberes anticoloniais? Póscolonial e colonialidade, apenas uma diferença de história e trajetória conceitual? Colonialidade "quijanesa" (Aníbal Quijano) e sistema-mundo "wallersteiniano" (Immanuel Wallerstein): nuances ou divergências insuperáveis? O que é o "Estado colonial" (será o conceito aplicável nas colônias africanas e asiáticas dos impérios europeus? Pode tal conceito ser universal? Se não for, permanece útil)? O que é a descolonização (seria este conceito somente ligado ao grau de radicalidade das rupturas com as antigas metrópoles)? Estados latino-americanos: estados coloniais, estados colonialistas? "Encontro colonial", um revisionismo póscolonial anti-anticolonial? "Colonialismo interno", "endocolonialismo": conceitos suficientes para explicar a natureza dos estados concernidos? Espaço de expansão e capitalismo estadunidense (é aceitável reduzir a colonialidade estadunidense à problemática dos African-Americans e Indian-Americans?). Será póscolonial a crítica brasileira do lusotropicalismo? Crioulidade e nacionalidade. Para além da crioulização, a americanização? Você disse "religiões afro-brasileiras"? Porque J.C. Mariategui é quase desconhecido no Brasil (questão indígena e imaginário nacional)? Rosa Luxemburgo e a colonialidade. Pode-se fazer uma análise póscolonial das Antilhas francesas integradas à metrópole colonial? Pode-se fazer uma análise póscolonial da Ásia ex-soviética, quando a maioria dos especialistas não classificam a dominação estalinista como colonial? Análise póscolonial, islã e mundo árabe. O fabrico diaspórico do território: rumo ao fim do fim dos territórios? Colonialidade e novas tecnologias. Haverá uma esquerda "decolonial"? Haverá um feminismo "decolonial"? Marxismo e análise póscolonial: onde começam as divergências? Análise póscolonial e sociologia marxista. Análise póscolonial na literatura e nas ciências sociais: mera coexistência ou confluência? Etc.

43 Como sempre num colóquio, nem todos os participantes transformaram as suas comunicações em textos para os capítulos deste livro. Em contrapartida, colegas interessados, mas que não puderam vir e participar, escreveram alguns capítulos deste livro.

Depois deste preâmbulo e de um capítulo introdutório proposto por Michel Cahen, o livro encontra-se estruturado em três partes que representam as três grandes questões às quais endereçamos nosso olhar crítico: "Póscolonial, um esforço teórico em busca da sua própria realidade?", "Múltiplos regimes de colonialidade" e "Colonialidade e interseccionalidade".

No capítulo introdutório, intitulado, "O que pode ser e o que não pode ser a colonialidade?", Michel Cahen elabora, primeiramente, críticas ao póscolonial *stricto sensu* para em seguida destacar a colonialidade como um conceito mais promissor. No entanto, ele tende a dar uma definição "des-latino-centrada" e materialista da colonialidade, uma vez que a definição criada pelo trabalho pioneiro de Aníbal Quijano quis ser válida para o planeta todo, mas limitou-se ao território andino. De acordo com M. Cahen, a colonialidade exprime, na escala mundial, todas as formações sociais criadas pela articulação dos modos de produção que o sistema-mundo engendra, com imensas consequências em termos de lutas sociais. Por isso mesmo, ele é bastante crítico das "epistemologias do Sul" elaboradas pelo sociólogo português B. de Sousa Santos e que parece apresentar características essencialistas muito próximas de um novo orientalismo.

Abrindo a primeira parte, Isabel Loureiro, em "Rosa Luxemburgo e a expansão do capitalismo – uma chave marxista para compreender a colonialidade?" – prolonga essa reflexão, partindo da economia política da revolucionária alemã que, pelo menos no campo marxista, foi a primeira a perceber que o capitalismo precisava de espaços não capitalistas para a sua própria reprodução. Isabel Loureiro elabora também reflexões sobre as implicações políticas da análise "luxemburgista" para a América Latina nos dias atuais. Mathieu Renault em "Frantz Fanon e a descolonização dos saberes", parte do postulado segundo o qual a descolonização epistêmica tem como base um duplo movimento de ruptura e apropriação de saberes do (ex-)ocupante. Sendo assim, ele examina como isso se produziu no caso de Frantz Fanon, grande pensador *e* militante anticolonial ativo, e como isso inaugurou uma fenomenologia pós-colonial que permanece única em seu gênero. Catarina Gomes Antunes discute de um ponto de vista filosófico o problema da biblioteca colonial, que foi obviamente muito atacada pelos estudos póscoloniais em seu capítulo "Liberdade e Comunalidade: Leituras do póscolonial". Com efeito, não é somente a diferença que se pode extrair desta biblioteca, mas também o que é comum e como esta dimensão co-

mum pode desenvolver consequências políticas. Por sua vez, Franco Barchiesi, no seu capítulo "Liberalismo e Anti-negritude: Será o Outro Racializado um Sujeito Subalterno?", desenvolve uma análise crítica dos estudos subalternos que tiveram tendência a negligenciar a negritude enquanto conceito e como realidade ontológica irredutível à mera subalternidade devido à violência específica, desumanizadora e estrutural da passagem da escravidão para a abolição e as formas modernas de subjugação racial.

A segunda parte é voluntariamente mais empírica, o que não limita a ambição teórica deste volume, mas a reforça. Assim, Lia Vainer Schucman aborda a questão do lugar do branco nos estudos pós coloniais, com um estudo de caso na cidade de São Paulo, no seu capítulo "Branquitude à brasileira: hierarquias e deslocamentos entre origem, gênero e classe". É exatamente a questão que já mencionamos anteriormente, da incapacidade dos estudos póscoloniais em estudar a totalidade da sociedade: estudam, por exemplo, os negros, mas por que não os brancos? Pois, Lia estuda não apenas a construção social da raça branca, mas também a heterogeneidade e a interseccionalidade dessa construção. Elisabeth Cunin analisou um país geralmente esquecido pelos estudos póscoloniais e, no entanto, profundamente pós-colonial: o Belize. Assim, a autora considera que a política desenvolvida neste país tardiamente independente pode ser qualificada como pós-colonialista, entre o colonialismo e a independência, o racismo e o multiculturalismo, o nacionalismo e a globalização. Sempre na América dita latina, mas voltando ao Brasil, chega a vez de Lorenzo Macagno em "As ironias pós-coloniais da lusofonia: a propósito de um "erro de tradução" na edição portuguesa de *Casa Grande & Senzala*". Com efeito, Macagno descobriu uma intrigante diferença entre as versões brasileira e portuguesa da obra magna do ensaísta pernambucano, o que lhe serve para abordar um ponto da história das "relações conceituais" entre Brasil e Portugal e questionar-se sobre a relação entre o luso-tropicalismo e a teoria póscolonial, em nome da subalternidade. Com Boris Adjemian, reaparece no livro a África (abordada por Catarina Gomes), desta vez no caso da diáspora armênia na Etiópia imperial. O que é muito importante em "Herança pós-colonial e fluidez pós-moderna diante de uma abordagem sedentária das diásporas: o exemplo de armênios na Etiópia" é a demonstração de que a realidade diaspórica não é em nada antagônica à produção do território, que a diáspora não é só uma rede, uma comunidade, mas pode

produzir um pertencimento espacial. Afinal, o pós-moderno com o seu mundo feito só de flexibilidade e de mobilidade nem sempre é tão pós-moderno. Com Cloé Drieu, fechamos esta segunda parte com um caso asiático: "Império não colonial e hegemonia soviéticos: o caso do Uzbequistão através de seu cinema de ficção (1924-1937)". Trata-se da relação complexa entre os estudos póscoloniais e a análise da Ásia soviética, uma vez que a maioria dos especialistas, incluindo Cloé, não analisa o império de Stalin como uma realidade colonial, nem tampouco como idêntico ao longo dos diferentes períodos.

A terceira parte aborda a questão chave da ligação historicamente produzida entre pós-colonial ou colonialidade e raça e gênero, isto é a interseccionalidade das formas de opressão. Abrimos com a contribuição de Antônio Sérgio Guimarães sobre "O pós-colonial e os estudos afro-brasileiros". Partindo da constatação de que o Brasil vive formalmente numa situação pós-colonial desde 1822, mas que isso não pode ser considerado uma descolonização, ele analisa como essa história desenrolou-se para os negros ao longo de fortes evoluções da estruturação social entre o Império, as Repúblicas e as ditaduras, e como é que foi produzida a colonialidade específica do Brasil. Neste quadro, ele reconstrói uma história das teorias sobre a realidade racial brasileira. Patrícia Teixeira Santos trata também da questão negra no Brasil, mas sob um ângulo bem diferente: "'Afro-brasileiros', um assunto pós colonial? Acerca da dupla dimensão do ensino de história da África no Brasil". Ela coloca em perspectiva histórica a lei 10639/03, que significou que o racismo passou a ser tratado com uma ação de responsabilidade do Estado e suas instituições, uma vez que era considerado o maior mecanismo de exclusão social do grande segmento da população que portava nos seus corpos a presença física e fenotípica da herança africana ancestral. O livro termina com a contribuição de Joëlle Palmieri, com o capítulo "Para uma crítica feminista da colonialidade digital, inspirada pelo contexto africano". Ela estuda um aspeto insuficientemente analisado da colonialidade, isto é, a reprodução e a amplificação da subalternidade das mulheres africanas por meio da relativa expansão da rede informática oficialmente pensada como capaz de "promover" as mulheres. De fato, é a técnica que é promovida e não as mulheres. O importante neste capítulo, além do estudo de caso, é compreender como a colonialidade não é uma mera "herança" colonial, mas uma produção contemporânea – aqui, aplica-se a um setor inteiramente

novo –, que discrimina pessoas segundo os gêneros, as raças e o pertencimento ou não à periferia do mundo.

Obviamente, as autoras e os autores aqui reunidos não têm obrigatoriamente o mesmo ponto de vista sobre todos os aspetos da crítica do pós-colonial e da colonialidade. Não foi este o nosso objetivo ao organizarmos este livro. Na realidade, pretendemos desenvolver uma crítica, em português, ao mesmo tempo empírica e teórica da gigantesca literatura pós-colonial.

* * *

Além dos apoios do Cenedic, do PPGS do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP e do Consulado Geral da França em São Paulo para a realização do colóquio nos dias 17, 18 e 19 de setembro de 2013, este livro não teria sido possível sem o apoio do Departamento de Sociologia da USP et do Bureau du Livre da Embaixada de França para a publicação, e do Instituto de Estudos Políticos de Bordeaux para as traduções necessárias de textos originais em inglês e em francês, além da revisão de alguns textos em português escritos por autores que não têm o português como sua língua materna. As traduções e revisões ficaram sob a responsabilidade de Melina Revuelta.

Este livro é um livro focado em pesquisas, muitas delas pesquisas de campo, mas deve servir também para o debate teórico. Assim sendo, estamos interessadíssimos em ver as reações, as críticas, os reparos que, por ventura, ele venha a suscitar.

Michel Cahen
(CNRS, Bordeaux; Casa de Velázquez, Madrid;
Instituto de Ciências Sociais, Lisboa)

Ruy Braga
(Departamento de Sociologia, Cenedic, FFLCH-USP)

Sobre os autores

por ordem alfabética

Boris Adjemian é historiador e diretor da biblioteca Nubar da União Geral Armênia de Beneficiência (Paris). Pesquisador associado ao Instituto dos Mundos Africanos, é redator-chefe da revista *Études arméniennes contemporaines* e membro das redações ou dos comités de leitura das revistas *Vingtième Siècle: Revue d'histoire, L'Homme*, *Diasporas: Histoire et sociétés*, *African Diaspora*, *Revue européenne des migrations internationales*. Primeira obra publicada, *La fanfare du négus : les Arméniens en Éthiopie (19e-20e siècles),* Paris, Edições da EHESS. Co-dirigiu o volume *Le témoignage des victimes dans la connaissance des violences de masse/Victim Testimony and Understanding Mass Violence* (número especial de *Études arméniennes contemporaines*, 5, junho 2015). As suas pesquisas atuais abrangem a história da imigração, as diásporas e as violências de massa. Contato: <boris.adjemian@gmail.com>.

Franco Barchiesi é professor associado de Estudos Afro-Americanos e Africanos na Universidade Estadual do Ohio, editor sênior da revista *Interna-*

tional Labor and Working Class History e antigo membro do Instituto W.E.B. Du Bois no Centro Hutchins, Universidade de Harvard. Seu último livro, *Precarious Liberation: Workers, the State, and Contested Social Citizenship in Postapartheid South Africa*, State University of New York Press, 2011, recebeu em 2012 o prémio C.L.R. James Book da Working Class History Association. Sua pesquisa atual abrange a anti-negritude, a sobrevivência da escravatura racial, e os regimes liberais do trabalho no mundo atlântico nos séculos 19 e 20.

Ruy Braga é especialista em sociologia do trabalho. Doutorou-se em Ciências Sociais pela Unicamp (2002), com tese sobre *A nostalgia do fordismo: elementos para uma crítica da Teoria Francesa da Regulação*), e é livre-docente da Universidade de São Paulo (2012) com tese sobre *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*). Também realizou pesquisas de pós-doutorado na Universidade da Califórnia em Berkeley. Atualmente, é chefe do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP onde coordena o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic). Foi editor da revista *Outubro*, do Instituto de Estudos Socialistas e, atualmente, faz parte da equipe que edita o Blog Junho (<http://blogjunho.com.br>). *Obras mais recentes: Hegemonia às avessas* (co-org. com Chico de Oliveira), São Paulo, Boitempo, 2010; *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista,* São Paulo: Boitempo, 2012; *A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais,* São Paulo: Alameda, 2015; *Desigual e combinado: precariedade e lutas sociais no Brasil e em Portugal* (co-org. com Elísio Estanque e Hermes Costa), São Paulo: Alameda, 2016; *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global,* São Paulo: Boitempo, 2017.

Michel Cahen é pesquisador sênior do CNRS no centro "Les Afriques dans le monde" (Sciences Po Bordeaux). Foi pesquisador convidado no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo em 2012-2013 no programa de cátedras francesas no Estado de São Paulo. Atualmente (2015-2018), é membro associado da Casa de Velázquez (Madrid) e do Instituto de Ciências Sociais (Lisboa). Historiador, é especialista em colonização portuguesa na África e analista político dos atuais Países africanos de língua oficial portuguesa e da "lusotopia" em geral (isto é, para além da "lusofonia"). Além desses terrenos,

interessa-se também pelas problemáticas fascismo e colonialismo, marxismo et nacionalismo, etnicidade e democracia política, subalternidade e colonialidade. Algumas obras recentes: com Éric Morier-Genoud (eds), *Imperial Migrations. Colonial Communities and Diaspora in the Portuguese World,* Basingstoke: Palgrave MacMillan, 2012; "Is 'Portuguese-speaking' Africa Comparable to 'Latin' America? Voyaging in the Midst of Colonialities of Power", *History in Africa,* XL (1), 2013: 5-44; "Pontos comuns e heterogeneidade das culturas políticas nos PALOPs – Um ponto de vista 'pós-póscolonial'", *História: Questões & Debates* (Curitiba), LXII (1), 2015: 19-47; "'État colonial'… Quel État colonial?", *in* Jordi Benet et alii (eds), *Reis Negres, cabells blancs, terra vermella. Homenatge al professor d'història d'Àfrica Ferran Iniesta i Vernet,* Barcelona: Bellaterra, 2016, pp. 129-158; "Seis teses sobre o trabalho forçado no império português continental em África", *Revista África* (Universidade de São Paulo), 2017, 35: 129-155. Contato: <m.cahen@sciencespobordeaux.fr>.

Elisabeth Cunin é doutora em sociologia pela Université de Toulouse le Mirail (2000), pesquisadora do *Institut de Recherche pour le Développement* (IRD) desde novembro de 2002 e atualmente é diretora da *Unité de Recherche Migrations et Société* (URMIS) da Universidade Nice Sophia Antipolis. Seus temas de trabalho abordam as dinâmicas de mestiçagem e a construção de categorias étnico-raciais no caso de populações afrodescendentes na Colômbia, no México e em Belize. Coordenou o programa ANR-AIRD "Afrodesc/Afrodescendentes e escravidão: dominação, identificação e heranças nas Américas (séculos XV-XXI)" (<http://www.ird.fr/afrodesc>) e participou do programa europeu EURESCL "Slave Trade, Slavery, Abolitions and their Legacies in European Histories and Identities". É membro do Centro Internacional de Pesquisa sobre Escravidão (CIRESC, Laboratório internacional associado do CNRS). Últimas obras: (ed.), *Mestizaje, diferencia y nación. "Lo negro" en América Central y el Caribe*, México: Centro de estudios mexicanos y centroamericanos-IRD, 2010, 336 p. ("Africanía"); com Odile Hoffmann (eds), *Blackness and mestizaje in Mexico and Central America,* Trenton (NJ): Africa World Press, 220 p., 2013; *Administrer les étrangers au Mexique. Migrations afrobéliziennes dans le Quintana Roo (1902-1940),* Paris: Karthala, 2014, 264 p. ("Esclavages"). Contato: <elisabeth.cunin@ird.fr>.

Cloé Drieu é pesquisadora do CNRS no *Centre d'études turques, ottomanes, balkaniques et centrasiatiques* (CETOBAC). É Especialista em história da Ásia Central no período entreguerras, área que aborda tendo como objeto o cinema de ficção produzido no Uzbequistão. Atualmente, trabalha sobre as consequências da Grande Guerra na Ásia Central e as lógicas revolucionárias (fevereiro e outubro de 1917), assim como a guerra civil. Cloé Drieu realiza trabalhos de pesquisa em arquivos no Uzbequistão, Tajiquistão e na Rússia e começou a colher entrevistas com antigos combatentes soviéticos enviados para o Afeganistão entre 1917 e 1989. Lecionou no Instituto Francês de Línguas e Civilizações Orientais e na EHESS (Paris). Principais publicações: *Fictions Nationales, Cinéma, empire et nation en Ouzbékistan (1919-1937),* Paris, Karthala, 2015 (tradução para o inglês em andamento, Indian University Press); *Écrans d'Orient: Propagande, innovation et résistance dans les cinémas de Turquie, d'Iran et d'Asie centrale – 1897-1945,* Paris, Karthala, 2015; (com Xavier Bougarel, Raphaëlle Branche, eds), *Combattants of Muslim Origin in European Armies in the Twentieth Century. Far From Jihad*, Londres: Bloomsburry, 2017.

Catarina Antunes Gomes é doutorada em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal). É investigadora no Centro de Estudos Sociais desta Universidade e em vários projectos internacionais. Nos últimos anos, foi Professora Auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto (Angola) e coordenadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIESO) da mesma instituição. Dos projectos mais recentes, destacam-se a "Encyclopedia of African Philosophy and Religion", coordenado pelo Professor V.Y. Mudimbe e a organização do número especial do *Journal of Citizenship*, "As time goes by. Citizen's aspirations in contemporary Africa: modes of belonging and recognition" (juntamente com Cesaltina Abreu). Publicou recentemente: "The Broken Mirrors of Narcissus: Dialogues about History and Memory in Postcolonial Angola", *Asylon* (Paris), 2014, 10; "The good silences: the absolute value of the future", *in* Fernando Florêncio (ed.), *Dynamics of social reconstruction in post-war Angola,* Friburgo em Brisgóvia, Arnold Bergstraesser-Institut für kulturwissenschaftliche Forschung, 2016:

39-60; "Au service de quoi ? Les casse-tête actuels de l'université dans un contexte de globalisation inéquitable", *Contretemps. Revue de Critique Communiste* (Paris), novembro de 2016, <https://www.contretemps.eu/universite-globalisation-inequitable-postcolonialisme/>. Contato: <catarinaag@hotmail.com>.

Antonio Sérgio Alfredo Guimarães é professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e Professor Simon Bolivar de Estudos Latino-americanos na Universidade de Cambridge, Reino Unido. Pesquisa identidades raciais, nacionais e de classe; movimentos sociais negros; ações afirmativas; e intelectuais negros. Seus principais livros incluem: *Preconceito e discriminação,* São Paulo: Editora 34, 2005; *Racismo e anti-racismo no Brasil*, São Paulo: Editora 34, 1999 [2ª ed. em 2005]; *Tirando a Máscara. Ensaios sobre o racismo no Brasil*, São Paulo: Paz e Terra, 2000; com C.V. Hamilton, L.Huntley, N. Alexander & W. James (eds), *Beyond Racism. Race and Inequality in Brazil, South Africa, and the United States*, Boulder e Londres: Lynne Rienner, 2001; *Classes, raças e democracia*, São Paulo: Editora 34, 2002 [2ª ed. em 2012]; *Preconceito Racial*, São Paulo: Cortez, 2008 [2ª ed. 2012]. Contato: <asguima@usp.br>.

Isabel Loureiro é formada em filosofia pela UFPr, com mestrado e doutorado no departamento de Filosofia da USP, professora aposentada do departamento de Filosofia da UNESP, professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNICAMP (2005-2015), ex-presidente (2004-2011) e atual colaboradora da Fundação Rosa Luxemburgo em São Paulo. Publicou, entre outros, *Rosa Luxemburg – os dilemas da ação revolucionária*, São Paulo: Editora UNESP, 1995 (Prêmio Jabuti de Ciências Humanas, 1996); 2a edição, Editora UNESP/Fundação Perseu Abramo/RLS, 2004; *A revolução alemã*, *1918-1923,* São Paulo: Editora UNESP, 2005; "Rosa Luxemburgo: no princípio era a ação", em Jorge de Almeida, Wolfgang Bader (eds), *Pensamento alemão no século XX — grandes protagonistas e recepção das obras no Brasil,* São Paulo: Cosac Naify, 2013; organizou três volumes de *Textos escolhidos* de Rosa Luxemburgo, São Paulo, Editora UNESP, 2011; "Une démocratie par l'expérience révolutionnaire", Marseille, *Revue Agone,* 2016; como resultado de pesquisa do CENEDIC financiada pelo CNPq, organizou, com André Singer, *As contradições do lulismo – A que ponto chegamos?,* São Paulo,

Boitempo, 2016, onde publicou o capítulo "Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST". Contato: <belloureiro@uol.com.br>.

Lorenzo Macagno é professor associado do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná e pesquisador (nível 2) do CNPq. Atualmente, escreve sobre a história política da antropologia do Moçambique colonial e sobre uma diáspora asiática, os sino-moçambicanos residentes no Brasil. Seu artigo mais recente é "The birth of cultural materialism? A debate between Marvin Harris and António Rita-Ferreira", *VIBRANT. Virtual Brazilian Anthropology*, XIII (2), 2016. Publicou e organizou vários livros, dentre eles, *O dilema multicultural*, Curitiba/Rio de Janeiro: Editora UFPR/Graphia Editorial, 2014. Organizou o dossiê temático "Repenser le multiculturalime" que será publicado na revista marroquina *Al Irfan. Revue des sciences humaines*, Institut des Études Hispano-Lusophones, Rabat. É, também, membro da diretoria da Associação Brasileira de Antropologia (gestão 2017-2018). Contato: <lorenzom@ufpr.br>.

Joëlle Palmieri é especialista em gênero e consultora de políticas públicas ligadas a gênero, desenvolvimento e comunicação. Publicou: *TIC, colonialité, patriarcat - Société mondialisée, occidentalisée, excessive, accélérée… quels impacts sur la pensée féministe? Pistes africaines,* 2016, Yaoundé: Langaa; "Afrique du Sud: des savoirs en résistance", *Revue Afroscopie,* vol. VII, 2017, pp. 145-164; *",* co-direção D. Foufelle, *"Les Pénélopes: un féminisme politique – 1996-2004*, 2013, 108 p.; "Les TIC analysées selon une posture féministe en contexte africain", *Revue Communication, technologies et développement*, dossiê "Tic et mobilisations", n° 2, 2015, pp. 127-139; "Les TIC, outils des subalternes ?", *in Revue Afroscopie* IV, Paris: L'Harmattan, 2013, pp. 85-108; "Les femmes non connectées: une identité et des savoirs invisibles", *in* Lucie Joubert & Brigitte Fontille (eds), "Les voix secrètes de l'humour des femmes" (dossiê), *Recherches féministes* (Université Laval), número 25/2, 2012, pp. 173-190; "Révéler les féminismes sur le Net", *in* Valérie Lootvoet (ed.), *Femmes et médias-Médias de Femmes,* Bruxelles, Université des femmes de Bruxelles, Bruxelles, 2010, p. 93-98 ("Pensées féministes", 2). Contato: <joelle.palmieri@gmail.com>.

Matthieu Renault é professor de filosofia na Universidade Paris 8 Vincennes-Saint-Denis e membro do Laboratório de Estudos e Pesquisa sobre as lógicas contemporâneas da filosofia (LLCP). São da sua autoria: *Frantz Fanon. De l'anticolonialisme à la critique postcoloniale* (Paris: Éditions Amsterdam, 2011); *L'Amérique de John Locke: L'expansion coloniale de la philosophie européenne* (Paris: Éditions Amsterdam, 2014) ; *C .L. R. James: La vie révolutionnaire d'un "Platon noir"* (Paris: La Découverte, 2016). Trabalha atualmente no livro *La Révolution et l'Orient. Lénine (1894-1923*) (Paris: Syllepse, 2017, para sair), e co-dirige uma obra coletiva sobre a Revolução de 1917 às margens do império russo (Paris: Éditions Amsterdam, 2018, a ser publicado). É membro dos comitês de redação das revistas *Période*, *Actuel Marx* e *Comment s'en sortir?,* bem como do grupo de pesquisa "Mondes Caraïbes et transatlantiques en mouvement". Co-orienta com Paul Guillibert o seminário de pesquisa "Déprovincialiser l'histoire, réorienter la philosophie" (Universidades de Paris 8 e Paris 10). Contato: <matthieu.renault@gmail.com>.

Patricia Teixeira Santos é professora da Disciplina de História da África da Universidade Federal de São Paulo, pesquisadora associada do Centro Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) da Universidade do Porto e do LAM ("Les Afriques dans le monde", Instituto de estudos políticos de Bordeaux). Foi pesquisadora visitante do Departamento de História da Universidade de Pádua (Itália) e é coordenadora do Projeto de Pesquisa Internacional "Fontes e Pesquisas sobre a História das Missões na África", em conjunto com as Professoras Elvira Mea (Universidade do Porto) e Lucia Helena Oliveira Silva (Universidade Estadual Paulista). Algumas obras recentes: *Fé, Guerra e Escravidão: uma historia da conquista colonial do Sudão (1881-1898),* São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2013; (com Nuno de Pinho Falcão, org.), *Graciano Castellari: deboli tra i deboli: memórias de um missionário em Moçambique,* Porto: Humus Editorial, 2015 (Série "Experiências Missionárias"); (org.) *Coleção África e Brasil,* 6 vols, Curitiba: Editora Positivo, 2015. Contato: <patriciaunifesp@hotmail.com>.

Lia Vainer Schucman é doutorada em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (2012) com estágio de Doutoramento no Centro de Novos Es-

tudos Raciais na Universidade da Califórnia, Santa Barbara. Realizou pesquisa de pós-doutoramento pela USP/FAPESP sobre o tema "Familias Inter-raciais, estudo psicossocial das hierarquias raciais em dinâmicas familiares" (2016). Publicou recentemente o livro *Entre o Encardido, o Branco e o Branquissimo: branquitude, hierarquia e poder na Cidade de São Paulo.* São Paulo: Annablume, 2014. Para saír: *Famílias interraciais: tensões entre cor e amor* (2017). Contato: <liavainers@gmail.com>.

Alameda nas redes sociais:

Site: www.alamedaeditorial.com.br
Facebook.com/alamedaeditorial/
Twitter.com/editoraalameda
Instagram.com/editora_alameda/

Esta obra foi impressa em São Paulo no verão de 2018. No texto foi utilizada a fonte Minion Pro em corpo 10,5 e entrelinha de 15,5 pontos.

No Brasil e na França, reina a mais completa confusão entre o que é "pós-colonial" (com hífen), ou seja, uma condição históricamente herdeira da situação colonial e o que é "póscolonial" (sem hífen), isto é, não uma situação, mas uma análise que conseguiria supostamente ir além das heranças epistemológicas coloniais.

Assim, países como o Brasil e a França seriam "atrasados" por não terem acolhido e, em seguida, desenvolvido de forma sistemática um campo nacional próprio de análise póscolonial?

Esta é a pergunta que pretendemos responder com este livro a partir de uma reflexão conjunta enlaçando estudos de caso e problematizações teóricas "pós-póscoloniais".

FFLCH-USP
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP

INSTITUT FRANÇAIS BRASIL

Liberté • Égalité • Fraternité
RÉPUBLIQUE FRANÇAISE
AMBASSADE DE FRANCE AU BRÉSIL

Sciences Po Bordeaux

CAPES PROEX

ISBN 978-85-7939-529-1
9 788579 395291

Resumos – Résumés – Abstracts

Capítulo Introdutivo – Michel Cahen

O que pode ser e o que não pode ser a colonialidade. Uma abordagem o "pós-póscolonial" da subalternidade.

O pensamento póscolonial tem uma genealogia plural, oriundo de uma teoria literária na Austrália (o póscolonial stricto sensu), histórica na Índia (os estudos subalternos) e, principalmente, sociológica na América do Sul (os estudos decoloniais), o conjunto sendo alimentado por pensadores europeus "póscoloniais avant la lettre". O póscolonial não conseguiu superar imprecisões e até confusões conceptuais. Este capítulo quer, em particular, mostrar que a manutenção dessas teorias enquanto crítica epistemológica, em vez de configurar uma crítica política com consequências concretas para o combate emancipador, é um sinal do seu fracasso, independentemente do interesse que suas pesquisas suscitam.

No entanto, uma das componentes do pensamento póscolonial – os estudos decoloniais – escapa, pelo menos em parte, à essa censura, sob condição de romper com o latino-centrismo dos seus fundadores e de universalizar o conceito. Em contrapartida, a teoria das "epistemologias do Sul", desenvolvida mais recentemente pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos não foge a um essencialismo afinal muito orientalista. Mas será que se deve jogar fora o bebê com a agua suja do banho? O marxismo vivo tem muito a aprender com essas teorias que, afinal, resultam também do impasse do marxismo stalinizado.

Ce que peut et ne peut pas être la colonialité

La pensée postcoloniale a une généalogie plurielle, provenant d'une théorie littéraire en Australie (le postcolonial stricto sensu), historienne en Inde (les études subalternes) et principalement sociologique en Amérique du Sud (les études décoloniales), le tout nourri de penseurs européens "postcoloniaux avant la lettre". Elle n'a pas réussi à dépasser des imprécisions et même des confusions conceptuelles. Ce chapitre veut en particulier montrer que son maintien au niveau de la critique épistémologique, au lieu d'une critique politique avec des conséquences concrètes dans la lutte émancipaliste, est un signe de leur échec, en dépit de l'intérêt des recherches qu'elles ont permises.

Cependant, une des composantes de la pensée postcoloniale – les études décoloniales – échappe, au moins en partie, à ce reproche, à condition de rompre avec le latino-centrisme de ses fondateurs et d'en faire un concept universel. En contrepartie, la théorie des "épistémologies du Sud" développée plus récemment par le sociologue portugais Boaventura de Sousa Santos n'échappe pas à un essentialisme finalement très orientaliste. Mas tout cela signifie-t-il qu'il faudrait jeter le bébé avec l'eau du bain? Le marxisme vivant a beaucoup à apprendre de la fréquentation de ces théories qui, en dernière analyse, ont également surgi à cause de l'impasse du marxisme stalinisé.

What coloniality can and cannot be

Postcolonial thought has a plural genealogy, originating from a literary theory in Australia (Postcolonial Studies stricto sensu); from history in India (Subaltern Studies); principally from sociology in South America (Decoloniality Studies), all of them nurtured by European thinkers who were "Postcolonial ahead of their time". Postcolonial thought has been unable to overcome certain imprecisions and even conceptual confusions. This chapter in particular attempts to demonstrate that maintaining these theories at the critical epistemological level, as opposed to being a political critique with concrete consequences in the emancipative fight, is a sign of their failure, despite the research interests that the studies have produced.

Nevertheless, one of the components of Postcolonial thought – Decoloniality Studies – avoids this criticism, at least in part, on the condition that it breaks with the "Latin American-centrism" of its founders and embraces itself as a uni-

versal concept. That being said, the more recently developed theory conceived by the Portuguese sociologist Boaventura de Sousa Santos, "Epistemologies of the South", is unable to escape an essentialism proving to be very orientalist. But does all this mean that we must throw the baby out with the bathwater? Dialectical Marxism has much to learn from these theories that, in the final analysis, have garnered much interest because of the impasse Stalinist Marxism finds itself.

Capítulo 2.– Isabel Loureiro

Rosa Luxemburgo e a expansão do capitalismo – uma chave marxista para compreender a colonialidade?

A ideia de que a acumulação do capital, para além da apropriação da mais-valia, só foi e continua sendo possível na coexistência entre economias capitalistas e não-capitalistas, processo descrito por Rosa Luxemburgo na sua *opus magna* de 1913, *A acumulação do capital*, permanece até hoje uma descrição convincente do processo de desenvolvimento histórico do capitalismo como processo global e, consequentemente, da destruição violenta das culturas e dos espaços não-capitalistas. Atualmente, a estratégia do capital, além dos métodos tradicionais de expansão territorial, consiste também em transformar antigos direitos em mercadorias.

Em oposição a isso se mobilizam hoje os movimentos socioambientais na América Latina, denunciando a simbiose entre Estado e grandes empresas como responsável por extorquir os meios de vida das camadas subalternas da sociedade em favor da mineração e do agronegócio. Em suma, Rosa Luxemburgo evidencia que o capitalismo se expande para o mundo inteiro mas que, ao mesmo tempo, é um modo de produção que não pode existir sozinho, pois no seu processo de acumulação precisa justamente se alimentar dessas outras formas econômicas. Nessa perspectiva, ela foi a primeira teórica marxista que compreendeu o capitalismo como sistema mundial e deu elementos para entender o que é hoje chamado de colonialidade.

Rosa Luxembourg et l'expansion du capitalisme – une clé marxiste pour comprendre la colonialité?

L'idée que l'accumulation du capital, au-delà de l'appropriation de la plus-value, ne fut et continue de n'être possible que dans la coexistence entre les économies capitalistes et non capitalistes, processus décrit par Rosa Luxem-

bourg dans son *opus magna* de 1913, *L'accumulation du capital,* reste à ce jour une description convaincante du processus de développement historique du capitalisme comme processus global et, par conséquent, de destruction violente des cultures et des espaces non capitalistes. Actuellement, la stratégie du capital, outre ses méthodes traditionnelles d'expansion territoriale, consiste aussi à transformer ce qui était des droits en marchandises.

C'est contre cela que se mobilisent aujourd'hui les mouvements socio-environnementaux en Amérique latine, dénonçant la symbiose entre l'État et les grandes entreprises, responsable de l'extorsion des moyens de vie des couches subalternes de la société en faveur des industries minières et de l'agro-business. En somme, Rosa Luxembourg met en évidence que le capitalisme s'étend sur la planète entière mais qu'en même temps il s'agit d'un mode de production qui ne peut exister seul, car dans son procès d'accumulation il a justement besoin de s'alimenter de ces autres formations économiques. Dans cette perspective, elle fut la première théoricienne marxiste qui comprit le capitalisme comme système mondial et qui donna des éléments pour comprendre ce qui est aujourd'hui appelé colonialité.

Rosa Luxemburg and the expansion of capitalism – a Marxist key for the understanding of coloniality?

The idea that the accumulation of capital beyond the appropriation of surplus-value was, and continues to be possible only in the coexistence between capitalist and non-capitalist economies, a process described by Rosa Luxemburg in her 1913 masterpiece *The accumulation of capital.* This work continues to remains a convincing description of the process of the historical development of capitalism as a global process, and therefore, of the violent destruction of non-capitalist cultures and spaces. Nowadays, the strategy of capital, besides the traditional methods of territorial expansion, involves also the transformation of ancient rights into commodities.

Today, in opposition to that strategy, socio-environmental movements are mobilizing to denounce the symbiosis between the State and large corporations as being responsible for the extortion of the means of subsistence of the lower strata of society, in favor of mining and agribusiness enterprises. In sum, Rosa Luxemburg shows that capitalism is expanding throughout the world but, at the same time, it is a mode of production which cannot subsist by itself, because its

process of accumulation needs to feed itself with those other economic forms. From this point of view, she was the first Marxist theoretician who understood capitalism as a world system, as well as providing elements for the understanding of what is called today coloniality.

Capítulo 3. – Matthieu Renault

Frantz Fanon e a descolonização dos saberes

Este capítulo questiona o problema da descolonização dos saberes a partir de uma análise da obra de Frantz Fanon. Partindo do postulado segundo o qual a descolonização epistêmica tem como base um duplo movimento de ruptura e apropriação, de abandono e retomada de saberes do (ex-)ocupante, identificamos cinco métodos de deslocamento do "pensamento europeu" em Fanon: a apropriação e o aprofundamento da tradição autocrítica europeia, a adoção da perspectiva (psíquica e cognitiva) do colonizado, o (re)posicionamento (geopolítico) dos discursos teóricos, a subversão da ordem (ocidental) do discurso e a "regressão" teórica. Em nossa conclusão, mostraremos que Fanon inaugura uma fenomenologia pós-colonial que permanece única em seu gênero.

Frantz Fanon et la décolonisation des savoirs

Ce chapitre interroge le problème de la décolonisation des savoirs à partir d'une analyse de l'œuvre de Frantz Fanon. En s'appuyant sur le postulat que la décolonisation épistémique est fondée sur un doublement mouvement de rupture et d'appropriation, de déprise et de reprise des savoirs de l'(ex-)occupant, on identifie chez Fanon cinq méthodes de déplacement de la « pensée européenne » : l'appropriation et l'approfondissement de la tradition autocritique européenne ; l'adoption de la perspective (psychique et cognitive) du colonisé ; la (re)situation (géopolitique) des discours théoriques ; la subversion de l'ordre (occidental) du discours ; la « régression » théorique. En conclusion, on montre que Fanon donne lieu à une phénoménologie postcoloniale qui demeure unique en son genre.

Frantz Fanon and the Decolonization of Knowledge

This chapter addresses the issue of decolonizing knowledge by way of an analysis of Frantz Fanon's work. Relying on the assumption that epistemic de-

colonization is rooted in a double movement of rupture and renewal, disconnecting and re-appropriation of the (ex-)occupier's knowledge, five methods of displacement of "European thought" are identified in Fanon: the appropriation and deepening of the European self-critical tradition; the adoption of the colonized's (psychological and cognitive) perspective; the geopolitical (re)location of theoretical discourses; the subversion of the (Western) order of ~~the~~ discourse; the theoretical "regression". As a conclusion, it is shown that Fanon gave rise to a postcolonial phenomenology, which is still the only one of its kind.

Capítulo 4. – Catarina Antunes Gomes

Liberdade e Comunalidade: Leituras do póscolonial

As análises póscoloniais reflectiram uma evidente preocupação para com questões de justiça histórica, traduzindo um importante engajamento para com o que tem sido conceptualizado como o necessário reconhecimento e re-afirmação de diferenças historicamente desqualificadas. Este capítulo procurará problematizar o esforço conducente ao reconhecimento e afirmação destas diferenças, fora do escopo da biblioteca colonial. Tal esforço é mormente retratado como o recuperar de vozes e modos de conhecimento silenciados. Centrado ao redor do velho debate sobre a existência de uma filosofia africana, esta análise irá focar os limites das propostas pós-coloniais, argumentando, simultaneamente, pela necessidade de revisitar noções fundacionais, tais como 'identidade', 'diferença' e 'comunalidade'.

De la liberté et du commun: lectures du postcolonial

Les analyses postcoloniales ont reflété une évidente préoccupation pour les questions de justice historique, traduisant un engagement important envers ce qui avait été conceptualisé comme la reconnaissance nécessaire et la réaffirmation de l'existence de différences historiquement disqualifiées. Ce chapitre cherche à problématiser, hors de portée de la bibliothèque coloniale, l'effort conduisant à la reconnaissance de ces différences. Un tel effort est principalement mené comme une récupération de voix et de modes de connaissance réduites au silence. Centré autour du vieux débat sur l'existence d'une philosophie africaine, cette analyse porte sur les limites des propositions postcoloniales, argumen-

tant simultanément en faveur d'un réexamen de notions fondatrices comme l'"identité", la "différence" et le "commun".

Freedom and Communality: Readings from the postcolonial

Postcolonial analyses have reflected a quite evident concern with historical justice issues while forging an important engagement with what was conceptualized as a necessary recognition and re-assertion of historically disqualified differences. This chapter will reflect critically upon the effort of recognizing and asserting these differences outside the scope of the colonial library. Such effort has been, in fact, described as the recovery of silenced voices and modes of knowledge. Illustrated through the old debate on the existence of an African philosophy, the analysis presented here will critically assess the limits of postcolonial propositions and will argue for the need to revisit foundational notions, such as 'identity', 'difference' and 'commonality'.

Capítulo 5. – Franco Barchiesi

Liberalismo e Anti-negritude:
Será o Outro Racializado um Sujeito Subalterno?

Nas últimas décadas, discussões acadêmicas sobre os efeitos do colonialismo e os significados das políticas pós-coloniais deram destaque à categoria do subalterno na caracterização de uma combinação peculiar de sujeição e consciência, que contém formas de agência (*agency*) essencialmente incompatíveis com o domínio de uma elite nacionalista ou europeia, mesmo quando não se manifestam como obstáculo político direto. No entanto, debates sobre a subalternidade tenderam a negligenciar a negritude enquanto conceito, o que veio à tona com vários estudos raciais críticos, que por sua vez define um paradigma específico de opressão tanto sob o sistema-mundo capitalista dominado pelos brancos quanto por suas formas de conhecimento internalizadas no contexto pós-colonial por lideranças de Estado e políticas não brancas.

Este capítulo argumenta que a anti-negritude do colonialismo e da politica pós-colonial impôs ao corpo negro atributos ontológicos de incapacitação e negação de *agency* autônoma, cuja base não está apenas na economia política das relações trabalho-capital e na defesa dos valores ocidentais como sendo

universais, como no caso dos subalternos, mas está também na violência desumanizadora e estrutural que articula a passagem da escravidão para a abolição e para as formas modernas de subjugação racial. O respectivo posicionamento do subalterno e do negro faz com que suas condições deixem escapar analogias com base em categorias de dominação e resistência, continuando, assim, a dificultar projetos de solidariedade política entre os dois campos.

Libéralisme et anti-négritude: l'Autre racialisé est-il un sujet subalterne?

Au cours des dernières décennies, des discussions entre universitaires sur les effets du colonialisme et les significations des politiques post-coloniales ont mis l'accent sur la catégorie du subalterne caractérisé par une combinaison spécifique de sujétion et de conscience, qui incluent des formes de capacité d'action et d'autonomie *(agency)* en dernière analyse incompatibles avec la domination d'une élite nationaliste ou européenne, même quand elles ne se manifestent pas comme une contestation politique directe. Cependant, les débats sur la subalternité ont tendu à négliger la négritude comme concept, ce qui a été mis en avant par diverses études critiques des relations raciales définissant un paradigme spécifique d'oppression tant sous le système-monde capitaliste dominé par les Blancs que dans les formes de connaissance intériorisées dans le contexte post-colonial par les directions de l'État des politiques non blanches.

Ce chapitre défend que l'anti-négritude du colonialisme et de la politique post-coloniale a imposé au corps noir des attributs ontologiques d'incapacité et de déni de l'autonomie d'action *(agency),* dont le fondement n'est pas situé seulement dans l'économie politique des relations travail-capital et dans la défense des valeurs occidentales considérées universelles, comme dans le cas des subalternes, mais dans la violence déshumanisante et structurelle qui structura le passage de l'esclavage à l'abolition vers des formes modernes de subjugation raciale. Les positionnements respectifs du subalterne et du Noir font que leurs conditions d'existence ne provoquent pas d'analogies en termes de domination et de résistance, et défient les projets de solidarité politique entre les deux camps.

Liberalism and Antiblackness:
Is the Racialized Other a Subaltern Subject?

Over the past few decades, scholarly discussions of the effects of colonialism and the meanings of postcolonial politics have emphasized the category of the subaltern to characterize a peculiar combination of subjection and consciousness, which carries forms of agency ultimately incompatible with elite European or nationalist rule even when they do not manifest themselves as direct political challenge. Debates on subalternity have however tended to neglect blackness as a concept, brought forcefully to the fore by various critical race studies frameworks, which defines a specific paradigm of oppression under both a white-dominated capitalist world system and its forms of knowledge as internalized in the post-colonial context by non-white political and state leaderships.

This chapter argues that the antiblackness of colonialism and postcolonial politics have imposed on the black body ontological attributes of incapacitation and denial of autonomous agency that are underpinned not only by the political economy of capital-labor relations and claims to the universality of Western values, as in the subaltern's case, but by structural, dehumanizing violence articulating the passage from slavery to abolition to modern forms of racial subjugation. The respective positioning of the subaltern and the black make their conditions elude analogies based on categories of domination and resistance and continues therefore to challenge projects of political solidarity across the two fields.

Capítulo 6. – Lia Vainer Schucman

Branquitude à Brasileira:
hierarquias e deslocamentos entre origem, gênero e classe.

O objetivo deste capítulo é compreender e analisar como a ideia de raça e os significados acerca da branquitude são apropriados e construídos por sujeitos brancos na cidade de São Paulo. A branquitude é entendida aqui como uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, e que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo e colonialismo em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos. A pesquisa de campo foi desenvolvida por meio da realização de entrevistas e conversas

informais com sujeitos que se auto identificaram como brancos de diferentes classes sociais, idade e sexo. Análises demonstraram que os significados construídos sobre a branquitude exercem poder sobre o próprio grupo de indivíduos brancos, marcando diferenças e hierarquias internas. Assim, a branquitude é deslocada dentro das diferenças de origem, regionalidade, gênero, fenótipo e classe, o que demonstra que a categoria branco é uma questão internamente controversa e que alguns tipos de branquitude são marcadores de hierarquias da própria categoria.

Blancheur au Brésil: hiérarchies et déplacements entre l'origine, le genre et la classe

L'objectif de ce chapitre est de comprendre et d'analyser comment l'idée de race et les significations attribuées à la blancheur sont appropriées et construites par les sujets blancs de São Paulo. La blancheur est comprise ici comme une construction socio-historique issue de l'idée fallacieuse de supériorité raciale blanche et qui provoque, dans les sociétés structurées par le racisme et le colonialisme, une situation dans laquelle les sujets identifiés comme blancs acquièrent des privilèges symboliques et matérielles relativement aux non-Blancs. La recherche de terrain a été développée au cours d'entretiens et de conversations informelles avec des sujets qui s'étaient auto-identifiés comme blancs de différentes classes sociales, âges et sexes. Leur analyse a montré que les sens construits sur la blancheur exercent un pouvoir sur le groupe même des individus blancs, instituant des différences et des hiérarchies internes. Ainsi, la blancheur est différenciée selon l'origine, la région, le genre, le phénotype et la classe, ce qui démontre que la catégorie Blanc est un sujet controversé en son sein et que certains types de blancheur sont des marqueurs hiérarchiques de la catégorie elle-même.

Whiteness in Brazil: hierarchies and displacements between origin, gender and class

The goal of this chapter is to understand and analyze how the ideas of race and whiteness are constructed and given meaning by white inhabitants in the city of São Paulo. Whiteness is understood as a socio-historical construction produced by the deceptive notion of white racial supremacy. Field research was conducted through interviews and informal conversation with individuals

from diverse social class, age and gender that self-identified as white. Analyses demonstrated that, the social meaning that derives from the notion of whiteness operates in white individuals, indicating internal hierarchical differences. Whiteness is therefore dislocated and relocated in relation to social origin and class, as well as regional, gender and phenotypic differences, which demonstrate that the category White is internally controversial and that some kinds of whiteness are indicative of hierarchical power within the category itself.

Capítulo 7. – Elisabeth Cunin

O Belize independente (1981): políticas culturais, reconhecimento da diferença e pós-colonialismo

O Belize é geralmente esquecido tanto por trabalhos sobre a América Latina quanto por aqueles que privilegiam o Caribe. No entanto, sua posição geográfica intermediária e sua história original configuram um excelente laboratório para se pensar a "questão pós-colonial" a partir de práticas e discursos de atores que trabalham pela "construção de uma nação" independente em 1981. Se as Antilhas e a Guiana Francesas oscilam entre "descolonização bem-sucedida", "colonização sem nome" e "descolonização improvável", se dois séculos de história separam as independências de diversos países da América Latina das atuais análises em termos de pós-colonialismo e de colonialidade, o Belize apresenta um atalho histórico e geográfico que permite a análise simultânea de colonialismo e independência, racismo e multiculturalismo, nacionalismo e globalização. A partir de exemplos concretos extraídos de políticas culturais belizenhas contemporâneas, o objetivo é participar da reflexão coletiva sobre as noções de colonialismo, pós(-)colonialismo, neocolonialismo.

Le Belize indépendant (1981) : anticolonialisme, post(-)colonialisme, néocolonialisme?

Le Belize est généralement oublié tant des travaux portant sur l'Amérique latine que de ceux qui privilégient la Caraïbe ; or sa situation géographique intermédiaire et son histoire originale en font un excellent laboratoire pour réfléchir à la « question postcoloniale » à partir de pratiques et de discours d'acteurs qui œuvrent à la « construction d'une nation », devenue indépendante

en 1981. Le Belize offre un raccourci historique et géographique qui permet d'analyser simultanément colonialisme et nationalisme, racisme et multiculturalisme, Etat et globalisation. A partir d'exemples concrets tirés des dynamiques politiques et culturelles béliziennes contemporaines, il s'agira donc de participer à la réflexion collective sur les notions de colonialisme, post(-)colonialisme, néocolonialisme.

Independent Belize (1981): anti-colonialism, post(-)colonialism, neo-colonialism?

Belize is generally forgotten both in Latin American and Caribbean studies; yet its intermediate geographical situation and its original history make it an excellent laboratory to reflect on the "postcolonial question". This chapter analyses the practices and discourses of actors who work towards the "construction of a nation", that became independent in 1981. Belize offers a historical and geographical shortcut that makes it possible to simultaneously analyze colonialism and nationalism, racism and multiculturalism, the State and globalization. On the basis of concrete examples drawn from contemporary Belizean political and cultural dynamics, this chapter will contribute to the collective reflection on the notions of colonialism, post(-)colonialism and neo-colonialism.

Capítulo 8. – Lorenzo Macagno

As ironias pós-coloniais da lusofonia: a propósito de um "erro de tradução" na edição portuguesa de Casa Grande & Senzala

Por que na versão portuguesa de *Casa Grande & Senzala* os missionários aparecem como os grandes "distribuidores" de culturas não europeias, enquanto que na versão brasileira eles são os grandes "destruidores" de culturas não europeias? Este capítulo indaga sobre as consequências desse equívoco aparentemente inofensivo. O que dizer sobre esta "ironia pós-colonial" na qual o próprio Gilberto Freyre perde, por assim dizer, o controle sobre sua própria obra? Não sabemos se alguma vez Freyre esteve ciente de que, para a versão portuguesa de *Casa Grande & Senzala*, os missionários eram grandes "distribuidores de cultura" e não grandes "destruidores de cultura", tal como consta na versão brasileira. O "lapso de tradução" consagra, pois, *Casa Grande & Senzala* como

uma perene narrativa. Suas diferentes versões contribuem para a tenacidade do mito lusotropicalista. Como analisar esta ironia da lusofonia à luz dos debates sobre o pós-colonial?

Les ironies post-coloniales de la lusophonie: à propos d'une "erreur de traduction" dans l'édition portugaise de Maîtres et esclaves

Pourquoi dans la version portugaise de *Maîtres et esclaves (Casa Grande & Senzala)* les missionnaires sont-ils les grands "distributeurs" (en portugais, *distribuidores)* des cultures non européennes, quand dans la version brésilienne ils en étaient les grands "destructeurs" (*destruidores)* ? Ce chapitre cherche à déterminer les conséquences de cette équivoque apparemment inoffensive. Que dire sur cette "ironie post-coloniale" par laquelle Gilberto Freyre perd, peut-on dire, le contrôle sur sa propre œuvre? On ne sait si Gilberto Freyre fut un jour au courant de ce que, pour la version portugaise de *Casa Grande & Senzala* les missionnaires étaient devenus de grands "distributeurs de culture" et non plus de grands "destructeurs de culture" comme dans l'original brésilien. Ce "lapsus de traduction" a donc aidé *Casa Grande & Senzala* à devenir une référence pérenne, ses diverses versions ayant contribué à la persistance du mythe luso--tropicaliste. Comment analyser cette ironie de la lusophonie à la lumière des débats sur le post-colonial?

The post-colonial ironies of Lusophony: a "translation error" in the Portuguese edition of Casa Grande & Senzala

Why, in the European Portuguese version of *Casa Grande & Senzala* [*Masters and Slaves*] do the missionaries appear as the great "disseminators" (in Portuguese, *distribuidores*) of non-European cultures, while in the Brazilian version, they are the great "destroyers" (in Portuguese, *destruidores*) of non-European cultures? This chapter investigates the consequences of this apparently innocent mistake. What can we say about this "post-colonial irony" in which Gilberto Freyre himself loses, as it were, control over his own work? We do not know whether Freyre was ever aware that in the European Portuguese version of *Casa Grande & Senzala*, the missionaries were the great "disseminators of culture" and not the great "destroyers of culture", as is written in the Brazilian version. This "translation error" has helped consecrate *Casa Grande & Senzala*

as a lasting narrative. Its different versions have helped keep the myth of Luso-tropicalism alive. How should we analyze this irony of Lusophony in light of the debates on post-colonial theory?

Capítulo 9 – Boris Adjemian

Herança pós-colonial e fluidez pós-moderna perante uma abordagem sedentária das diásporas: o exemplo de armênios na Etiópia

Este artigo revisita a hipótese pós-colonial à luz de diversas abordagens que permeiam os estudos das diásporas. Ao passo que os laços das diásporas com o território de seus ancestrais e a perpetuação de uma cultura de origem no exílio costumam ser considerados como adquiridos, a história da comunidade armênia na Etiópia no século xx nos leva a reconsiderar os pesos das heranças culturais e a suposta transmissão de "imaginários" entre gerações. A abordagem sedentária da diáspora ora adotada questiona a capacidade da qual dispõem os atores sociais em diásporas de inscreverem-se em novos territórios, buscando diferenciar-se do conceito de identidades diaspóricas caracterizadas somente por movimento, fluidez e extraterritorialidade. Como mostra o caso armênio na Etiópia, é precisamente porque a memória em diáspora se constrói também em relação ao lugar de residência e não apenas em ligação com o território das origens que tal memória interroga a hipótese póscolonial das heranças culturais ou traumáticas na migração e no exílio.

Héritage post-colonial et fluidité post-moderne à l'épreuve d'une approche sédentaire des diasporas: l'exemple des Arméniens d'Éthiopie

Cet article réinterroge l'hypothèse post-coloniale à l'aune des multiples approches qui traversent le champ des études sur les diasporas. Alors les liens des diasporas avec le territoire de leurs ancêtres et la perpétuation d'une culture d'origine dans l'exil sont souvent tenus pour acquis, l'histoire de la communauté arménienne en Éthiopie au xxe siècle invite à reconsidérer le poids des héritages culturels et de la transmission supposée des « imaginaires » entre les générations. L'approche sédentaire de la diaspora qui est ici adoptée interroge la capacité des acteurs sociaux en diasporas à s'inscrire dans de nouveaux territoires et souhaite se démarquer de la conception d'identités diasporiques

uniquement caractérisées par le mouvement, la fluidité et l'extraterritorialité. Comme le montre le cas arménien en Éthiopie, c'est précisément parce que la mémoire en diaspora se construit aussi par rapport au lieu de résidence, et non pas seulement en lien avec le territoire des origines, qu'elle interroge l'hypothèse postcoloniale des héritages culturels ou traumatiques dans la migration et l'exil.

Post-colonial legacy and post-modern fluidity put to the test by a sedentary approach to diasporas: the case of Armenians in Ethiopia

This article re-examines the post-colonial hypothesis in the light of discussions that have emerged in the field of Diaspora studies. Whereas the links of diasporas with their ancestors' territory and the perpetuation of a culture of origin in exile are often taken for granted, the history of the Armenian community in 20th century Ethiopia provides the opportunity to reconsider the influence of cultural inheritances and their supposed transmission between the generations. The sedentary approach of diasporas, which is defended in this article, questions the ability of individuals in diasporas to open and expand into new territories, far from the conception of diaspora identities merely characterized by movement, fluidity and extraterritoriality. As the Armenian case in Ethiopia illustrates, it is precisely because memories in diasporas are also constructed in relation to the place of residence, and not only in relation to the territory of origins, that it questions the postcolonial hypothesis of cultural or traumatic inheritances in the context of migration and exile.

Capítulo 10. – Cloé Drieu

Império não colonial e hegemonia soviéticos: o caso do Uzbequistão através de seu cinema de ficção (1924-1937)

Este capítulo interroga a natureza do regime político soviético na Ásia Central (Uzbequistão), focando as finalidades das lógicas coloniais czaristas e a implementação de novas lógicas imperiais – porém não coloniais – e hegemônicas soviéticas. O prisma do *fato cinematográfico* – ao mesmo tempo, instituições produtoras, representações fílmicas e recepção do público – é uma entrada fecunda para o coração de um sistema político. Por um lado, uma história das estruturas institucionais e econômicas da atividade cinematográfica revela o

processo de descolonização e as novas relações de dominação e de poder (autonomia, dependência) que se instituem entre o centro (moscovita) e a periferia uzbeque no decorrer dos anos 1920 e no início dos anos 1930.

Trata-se de lógicas de descolonização e, em seguida, de "imperialização" enquanto dinâmica de expansão territorial do Estado e aplicação progressiva de um controle institucional direto e coercivo dos sujeitos soviéticos. Por outro lado, uma análise da mensagem fílmica e de sua recepção decifra imaginários nacionais e supranacionais através de elementos simbólicos; também esclarece lógicas hegemônicas – hegemonia que só se torna unívoca a partir de 1937 – enquanto meios formais e informais de adesão, persuasão e estabelecimento de consentimento, ou até mesmo de sujeição e doutrinamento, em relação aos grandes preceitos comunistas, segundo a concepção que existe no centro – Stálin –, com a contrapartida das reações da periferia (resistência, desvio, apropriação). Estas três lógicas (descolonização/império/hegemonia) serão analisadas uma após a outra neste artigo para determinar o processo de descolonização e as questões de império e hegemonia.

Empire non colonial et hégémonie soviétiques: le cas de l'Ouzbekistan à travers son cinéma de fiction (1924-1937)

Ce chapitre interroge la nature du régime politique soviétique en Asie centrale (Ouzbékistan), en se concentrant sur la fin des logiques coloniales tsaristes et la mise en place de nouvelles logiques impériales, mais non coloniales, et hégémoniques soviétiques. Le prisme du *fait cinématographique*, à la fois institutions productrices, représentations filmiques et réception du public, est une entrée féconde dans le cœur d'un système politique.

D'une part, une histoire des structures institutionnelles et économiques de l'activité cinématographique rend compte du processus de décolonisation et des nouveaux rapports de domination et de pouvoir (autonomie, dépendance) qui s'instituent entre le centre (moscovite) et la périphérie ouzbèque au cours des années 1920 et du début des années 1930. Il s'agit de ces logiques de décolonisation puis d'« impérialisation » en tant que dynamique d'expansion territoriale de l'État et mise en œuvre progressive d'un contrôle institutionnel direct et coercitif des sujets soviétiques.

D'autre part, une analyse du message filmique et de sa réception révèle les imaginaires nationaux et supranationaux à travers des éléments symboliques ; elle met en lumière les logiques hégémoniques – hégémonie qui ne devient univoque qu'à partir de 1937 –, en tant que moyens formels et informels d'adhésion, de persuasion et d'établissement du consentement, voire d'asservissement et d'endoctrinement aux grands préceptes communistes dans la conception qu'en a le centre avec en contrepartie les réactions de la périphérie (résistance, détournement, appropriation). Ce sont ces trois logiques (décolonisation / empire / hégémonie) qui seront analysées l'une après l'autre dans l'article pour cerner le processus de décolonisation et les questions d'empire et hégémonie.

Dealing With Non-Colonial Empire and Soviet Hegemony through the Case of Uzbek Fiction Films (1924-1937)

This article questions the nature of the Soviet political regime in Central Asia (Uzbekistan), focusing on the end of the tsarist colonial period and the establishment of a new imperial but non-colonial and Soviet hegemonic regime. The prism of the *fait cinématographique,* which at the same time coincided with a study of cinematographic institutions, filmic representations and reception of the public, is a fruitful entry into the core of a political system.

On the one hand, a history of the institutional and economic structures of cinematographic activity reflects the process of decolonization and the new relations of domination and power (autonomy, dependence) between the Centre (Moscow) and the Uzbek periphery in the 1920s and early 1930s. These logics of decolonization are followed by a new imperialistic dynamic of territorial expansion of the state and progressive implementation of a direct institutional control and coercive domination of Soviet citizens.

On the other hand, an analysis of the filmic representations and its reception by the public reveals the national and supranational imaginations through symbolic elements. It highlights the hegemonic rationales as formal and informal means of adherence, persuasion and the establishment of consent, even of enslavement and indoctrination to Communist precepts, in the conception fostered by the Center. In return, we can apprehend the reactions of the periphery (resistance, agencies, appropriation). These three logics (decolonization/"empirialisati

on"/hegemony) will be analysed one after the other in the article to apprehend the process of decolonization and the questions of empire and hegemony.

Capítulo 11. – Antonio Sérgio Alfredo Guimarães

O pós-colonial e os estudos afro-brasileiros

Em termos formais, o Brasil vive em situação pós-colonial desde sua independência política em 1822. Conceitualmente, entretanto, não se pode falar em descolonização, posto que o que muda é apenas o afastamento da classe dominante portuguesa, com a manutenção de toda a estrutura social hierárquica, inclusive o regime escravista. Os afro-brasileiros reagiram de modo muito diferente desde a Independência. A luta pela igualdade de direitos entre brancos e negros, tomou diferentes formas: a luta pela abolição da escravidão; a valorização do trabalhador nacional em contraposição ao europeu; a denúncia do preconceito de cor; a afirmação da cultura brasileira em contraposição à europeia; e a recusa de um sistema internacional de exploração. No texto, argumenta-se que para que o termo pós-colonial tenha sentido sociológico é necessário que se refira apenas ao contexto em que a opressão neocolonialista dos descendentes de negros e indígenas esteja em jogo.

Le post-colonial et les études afro-brésiliennes

En termes formels, le Brésil vit en situation post-coloniale depuis son indépendance politique en 1822. Conceptuellement, on ne peut cependant parler de décolonisation, puisque ce qui change alors relève seulement de l'éloignement de la classe dominante portugaise, avec le maintien de toute la structure sociale hiérarchique, y compris le régime esclavagiste. Les Afro-Brésiliens réagirent alors de manière différenciée et la lutte pour l'égalité des droits entre Blancs et Noirs prit diverses formes : lutte pour l'abolition de l'esclavage, promotion du travailleur national, la dénonciation du préjugé de couleur, l'affirmation de la culture brésilienne face à l'européenne et enfin le refus d'un système international d'exploitation. Ce texte défend que, pour que le terme post-colonial ait un sens sociologique, il est nécessaire qu'il concerne spécifiquement le contexte dans lequel l'oppression néocolonialiste des descendants de Noirs et d'indigènes est en jeu.

Post-colonial and Afro-Brazilian studies

In factual terms, Brazil has lived in a post-colonial situation since its political independence in 1822. Conceptually, however, one cannot speak of decolonization, because the changes have consisted only in the removal of the Portuguese ruling class, while maintaining the entire hierarchical social structure, including the slave regime. Afro-Brazilians have reacted very differently since Independence. The struggle for equal rights between whites and blacks have taken different forms: struggles for the abolition of slavery; social protections for the employment of national workers; denouncing of color prejudice; affirmation of Brazilian culture; and the refusal of an exploitative international system. In the text, I argue that for the word postcolonial to have a clear sociological meaning, it is necessary to refer to the specific context in which the neo-colonialist oppression of the descendants of blacks and indigenous peoples is at stake.

Capítulo 12. – Patricia Teixeira Santos

"Afro-brasileiros", um, assunto pós colonial?
Acerca da dupla dimensão do ensino de história da África no Brasil

Este capítulo trata da discussão em torno das políticas do Estado Brasileiro de 2003 a 2016 no que concerne a inclusão da população afro-descendente na cidadania plena, através das politicas de ações afirmativas, destacando-se aqui a instituição do ensino da História da África e do Negro no Brasil, através da lei 10639/2003.

A partir disso faz-se uma reflexão sobre as interpretações do passado colonial e da inserção social dos afro-descendentes na sociedade civil brasileira e como o investimento político na educação e trabalho foi visto como fundamental para este processo de ampliação da sociedade civil brasileira, através da afirmação da diversidade étnica-racial e da valorização das culturas dos povos do país. Nesta analise se enfocará as criticas e os conflitos de interpretação do que seria a ampliação de direitos políticos e sociais à luz da reparação de desigualdades que nasceram do processo colonial brasileiro e que ganharam novos significados de exclusão social na constituição da República no país.

«Afro-Brésiliens», une question post-coloniale ? Au sujet de la double dimension de l'enseignement de l'histoire de l'Afrique au Brésil

Ce chapitre présente et discute les politiques de l'État brésilien de 2003 à 2016 relatives à l'inclusion des populations afro-descendantes à la pleine citoyenneté, par le biais de politiques de discriminations positives. Dans ce texte, l'accent est mis sur l'enseignement de l'Histoire de l'Afrique et du Noir au Brésil, institué par la loi 10639 de 2003.

Partant de cette mesure, la réflexion porte sur les interprétations du passé colonial et de l'insertion sociale des Afro-descendants à la société civile brésilienne et sur la manière dont l'investissement politique dans l'éducation et le travail a été vu comme fondamental pour ce processus d'élargissement de la société civile, par le biais de l'affirmation de la diversité ethnico-raciale et de la valorisation des cultures des peuples du pays.

Sont alors abordées les critiques et les conflits d'interprétation sur ce que serait l'élargissement des droits politiques et sociaux à la lumière de la réparation d'inégalités issues du processus colonial brésilien et qui ont acquis de nouveaux formes en terme d'exclusion sociale lors de l'instauration de la République dans le pays.

"Afro-Brazilians," a post-colonial affair? On the double dimension of the teaching of African history in Brazil

This chapter deals with the discussion of the policies of the State from 2003 to 2016 regarding the inclusion of the Afro-descendant population as full citizens through affirmative action policies. This text focuses primarily on the inclusion of teaching the history of Africa and of Blacks in Brazil, ordered by the law 10639/2003.

From this law, we reflect on the interpretations of the colonial past and the social insertion of Afro-descendants in Brazilian civil society and how political investment in education and work was seen as fundamental for this process of expansion of Brazilian civil society through the affirmation of ethnic-racial diversity and the appreciation of the cultures of the peoples of the country. The analysis then focuses on these views and the conflicts of interpretation on what would be the expansion of social and political rights amid the reparation of

inequalities arising from the Brazilian colonial process and which took on new forms of social exclusion with the establishment of the Republic in the country.

Capítulo 13. – Joëlle Palmieri

Para uma crítica feminista da colonialidade digital inspirada pelo contexto africano

A sociedade da informação (SI) remete a uma "brecha", reflexo de desigualdades de gênero. Estas desigualdades são também explicadas pela expansão do neoliberalismo, cujo instigador seria o Ocidente. Este artigo questiona tais pressuposições. O problema não é apenas patriarcal, econômico e neocolonial. Os impactos da SI e as desigualdades de gênero se conjugam, agravando as relações de dominação. Devido às institucionalizações cruzadas das TICs e do gênero, a emancipação digital das mulheres africanas foi mais técnica do que política. Seus usos das TICs não são neutros quanto ao gênero e o destaque dado às desigualdades de gênero é hoje ligado às TICs. O par gênero e TIC favoriza a subalternização. A ocidentalização do virtual descaracteriza o real, despolitizando-o. A colonialidade encontra-se renovada: ela é digital. Paradoxalmente, iniciativas de valorização dos saberes não-científicos (*savoirs non savants*) dos subalternos por meio das TICs criam possibilidades para renovar a epistemologia feminista.

Vers une critique féministe de la colonialité numérique, inspirée par le contexte africain

La société de l'information (SI) renvoie à une « fracture », reflet d'inégalités de genre, qui sont généralement expliquées par l'expansion du néolibéralisme, avec l'Occident comme instigateur. Ce chapitre interroge ces présupposés. Le problème n'est pas seulement patriarcal, économique et néocolonial. Les impacts de la SI et les inégalités de genre se conjuguent, aggravant les rapports de domination. En raison des institutionnalisations croisées des TIC et du genre, l'émancipation numérique des femmes africaines a été plus technique que politique. Leurs usages des TIC ne sont pas neutres au genre et la mise en exergue des inégalités de genre est désormais liée aux TIC. Le couple genre et TIC favorise la subalternisation. L'occidentalisation du virtuel déteint sur le réel en le dépolitisant. La colonialité est renouvelée. Elle est numérique. Mais parado-

xalement, des initiatives de valorisation par les TIC de savoirs non savants des subalternes ouvrent des pistes de renouvellement de l'épistémologie féministe.

Towards a feminist critique of digital coloniality, based on the African context

Information Society (SI) refers to a "divide", reflecting gender inequalities. These inequalities are also explained by the expansion of neoliberalism, with the West being the instigator. This article queries these assumptions. The problem is not merely patriarchal, economic and neocolonial. The impacts of IS and gender inequalities combine aggravating the relationships of domination. Due to the cross-institutionalization of ICTs and gender, the digital empowerment of African women has been more technical than political. Their ICT uses are not gender neutral and the gender inequality highlighted is now linked to ICT. The coupling of gender and ICT promotes subalternisation. The Westernization of the virtual world has rubbed off on reality by de-politicizing it. Coloniality is thus renewed, in a digital form. Paradoxically, initiatives using ICTs to promote the knowledge of non-savant subalterns are opening new leads into the renewal of feminist epistemology.